

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	4
2.3 - Outras informações relevantes	9

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	10
3.2 - Medições não contábeis	11
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	12
3.4 - Política de destinação dos resultados	13
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	14
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	15
3.7 - Nível de endividamento	16
3.8 - Obrigações	17
3.9 - Outras informações relevantes	18

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	19
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	21
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	22
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	23
4.5 - Processos sigilosos relevantes	24
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	25
4.7 - Outras contingências relevantes	26
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	27

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	28
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	29
5.3 - Descrição dos controles internos	30
5.4 - Alterações significativas	31
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	32

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	33
6.3 - Breve histórico	34
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	35
6.6 - Outras informações relevantes	36

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	37
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	38
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	39
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	41
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	42
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	43
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	44
7.8 - Políticas socioambientais	45
7.9 - Outras informações relevantes	46

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	47
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	48
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	49
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	50

Índice

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	51
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	52
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	53
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	54
9.2 - Outras informações relevantes	56

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	57
10.2 - Resultado operacional e financeiro	66
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	67
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	68
10.5 - Políticas contábeis críticas	87
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	88
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	89
10.8 - Plano de Negócios	90
10.9 - Outros fatores com influência relevante	91

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	92
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	93

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	94
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	99
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	101
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	104
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	107
12.7/8 - Composição dos comitês	116
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	117

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	118
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	121
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	122
12.13 - Outras informações relevantes	123

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	124
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	126
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	130
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	131
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	132
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	133
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	134
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	135
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	136
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	137
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	138
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	139
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	140
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	141
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	142
13.16 - Outras informações relevantes	143

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	144
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	145

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	146
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	147
14.5 - Outras informações relevantes	148
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	149
15.3 - Distribuição de capital	154
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	155
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	156
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	157
15.7 - Principais operações societárias	158
15.8 - Outras informações relevantes	159
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	160
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	161
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	168
16.4 - Outras informações relevantes	169
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	170
17.2 - Aumentos do capital social	171
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	172
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	173
17.5 - Outras informações relevantes	174
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	175
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	176

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	177
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	178
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	180
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	181
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	182
18.8 - Títulos emitidos no exterior	183
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	184
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	185
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	186
18.12 - Outras informações relevantes	187
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	188
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	189
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	191
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	192
20.2 - Outras informações relevantes	193
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	194
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	205
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	216
21.4 - Outras informações relevantes	217

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Edvaldo Angelo

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Wilson Harrison Jacobsen

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

- DECLARAÇÃO -

EDVALDO ANGELO, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Rua Cerejeiras Nº 80, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade Nº 116.395 SSP/SC e inscrito no CPF sob Nº 154.761.039-53, eleito para o cargo de Diretor Presidente, atesta que:

- a) reviu o Formulário de Referência;
- b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Timbó (SC), 09 de maio de 2016.

Edvaldo Angelo

Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

- DECLARAÇÃO -

WILSON HARRISON JACOBSEN, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Rua Argentina Nº 137, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade Nº 116.737-5 SSP/SC e inscrito no CPF sob Nº 180.443.019-68, eleito para o cargo de Diretor de Relações com Investidores, atesta que:

a) reviu o Formulário de Referência;

b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;

c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Timbó (SC), 09 de maio de 2016.

Wilson Harrison Jacobsen

Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	682-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	67.634.717/0001-66
Período de prestação de serviço	01/01/2012 a 31/12/2012
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2012. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)
Justificativa da substituição	Não se aplica.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Eduardo Affonso de Vasconcelos	01/01/2012 a 31/12/2012	470.031.209-25	Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, Nº 1461, 4º e 12º andares, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-011, Telefone (011) 55043800, Fax (011) 55043805, e-mail: eduardo.vasconcelos@bakertillybrasil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	682-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	67.634.717/0001-66
Período de prestação de serviço	01/01/2013 a 31/12/2013
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2013. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$59.940,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta reais).
Justificativa da substituição	Não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Eduardo Affonso de Vasconcelos	01/01/2013 a 31/12/2013	470.031.209-25	Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, Nº 1461, 4º e 12º andares, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-011, Telefone (011) 55043800, Fax (011) 55043805, e-mail: eduardo.vasconcelos@bakertillybrasil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	682-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	67.634.717/0001-66
Período de prestação de serviço	01/01/2014 a 31/12/2014
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2014. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$58.490,00 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e noventa reais)
Justificativa da substituição	Não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Eduardo Affonso de Vasconcelos	01/01/2014 a 31/12/2014	470.031.209-25	Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, Nº 1461, 4º e 12º andares, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-011, Telefone (011) 55043800, Fax (011) 55043805, e-mail: eduardo.vasconcelos@bakertillybrasil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	682-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	67.634.717/0001-66
Período de prestação de serviço	01/01/2015 a 31/12/2015
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2015. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 60.750,00 (sessenta mil, setecentos e cinquenta reais)
Justificativa da substituição	Não se aplica.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Eduardo Affonso de Vasconcelos	01/01/2015 a 31/12/2015	470.031.209-25	Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, Nº 1461, 4º e 12º andares, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-011, Telefone (011) 55043800, Fax (011) 55043805, e-mail: eduardo.vasconcelos@bakertillybrasil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	54.276.936/0009-26
Período de prestação de serviço	01/01/2016
Descrição do serviço contratado	- Exame das demonstrações contábeis da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. individuais e consolidadas com a Metisa Florestal e Energética S.A. relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2016. - Não existe qualquer outro serviço contratado além dos relacionados à Auditoria Externa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Paulo Sérgio Tufani	01/01/2016	007.601.018-09	Rua Cristóvão Nunes Pires, 110, Sala 603, Centro, Florianópolis, SC, Brasil, CEP 88010-120, Telefone (48) 30244455, Fax (48) 30244455, e-mail: paulo.tufani@bdobrazil.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)
Patrimônio Líquido	202.686.772,00	192.281.408,00	183.038.398,00
Ativo Total	415.808.380,00	407.450.575,00	348.693.427,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	221.810.486,00	236.534.313,00	247.426.170,00
Resultado Bruto	57.088.629,00	65.942.933,00	73.289.956,00
Resultado Líquido	16.587.113,00	19.926.637,00	22.603.069,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	9.011.763	9.156.163	9.261.163
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	22,491360	21,000217	19,764080
Resultado Básico por Ação	1,840610	2,176310	2,440630

3.2 - Medições não contábeis

Não se aplica ao Emissor.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não se aplica ao Emissor.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Conforme disposição estatutária, a destinação dos resultados será destinado:

- 5% (cinco por cento) para a formação de reserva legal, até o montante de 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo do lucro líquido, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei nº 6404/76 e legislação posterior, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas, observado o disposto no Inciso III do Artigo 7º do presente Estatuto, na proporção do número de ações que cada um possuir na Companhia. Os juros sobre o capital próprio, aprovados pela Companhia em cada exercício social, poderão ser imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o presente artigo;
- ao saldo se dará a destinação aprovada em Assembléia Geral, observadas as condições ou restrições estabelecidas em Lei.

As ações preferenciais terão dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

A Assembléia Geral, independentemente de proposta dos órgãos da Administração, poderá empregar os lucros líquidos na forma que julgar conveniente e necessário.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013
Lucro líquido ajustado	15.757.757,00	18.930.306,00	21.472.915,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	30,120000	38,280000	33,770000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	8,626470	10,886588	12,665460
Dividendo distribuído total	4.745.843,15	7.247.051,00	7.251.655,00
Lucro líquido retido	11.011.914,00	11.683.255,00	14.221.260,00
Data da aprovação da retenção	28/04/2016	28/04/2015	25/04/2014

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	2.106.265,00	22/12/2015				
Preferencial	2.639.578,15	22/12/2015				
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária			3.159.397,50	22/12/2014	3.159.328,50	27/05/2014
Preferencial			4.087.653,50	22/12/2014	4.092.326,50	27/05/2014

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Ação/ Espécie	Data da Aprovação	Data do Pagamento	Montante	Valor por Ação
Ordinária	05.11.2015	22.12.2015	2.106.265,00	0,50
Preferencial	05.11.2015	22.12.2015	2.639.578,15	0,55
Ordinária	25.04.2014	27.05.2014	842.487,60	0,20
Preferencial	25.04.2014	27.05.2014	1.091.243,12	0,22
Ordinária	19.04.2013	21.05.2013	842.506,00	0,20
Preferencial	19.04.2013	21.05.2013	1.214.231,00	0,22
Ordinária	17.04.2012	21.05.2012	842.506,00	0,20
Preferencial	17.04.2012	21.05.2012	1.220.523,26	0,22

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2015	213.121.608,00	Índice de Endividamento	51,25476500	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2015)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		136.782.830,00	47.012.885,00	0,00	0,00	183.795.715,00
Total			136.782.830,00	47.012.885,00	0,00	0,00	183.795.715,00
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1.a. Fatores Relacionados ao Emissor

O Emissor é uma empresa industrial e, como tal, tem como fatores de risco o risco financeiro, o risco de mercado de seus produtos e o risco comercial, entendido como tal o risco representado pela venda de produtos concorrentes a preços vis.

4.1.a.1. Risco de Mercado de Produtos

A carteira de produtos do Emissor é bastante diversificada, atendendo a diferentes setores de mercado. De fato, a METISA produz: (i) ferramentas de penetração no solo/FPS utilizadas por máquinas de terraplanagem na construção de estradas, na construção de barragens, em obras civis que demandam a movimentação de terra e em atividades de mineração; (ii) ferramentas para máquinas e implementos agrícolas, utilizadas pelo setor agrícola; (iii) pás e lâminas para corte de pedras, utilizadas principalmente pela construção civil; (iv) acessórios ferroviários, utilizados pelas estradas de ferro. Cerca de 70% de sua produção é vendida no mercado interno e 30% é exportada para países diferentes. Resulta que há uma grande diversificação dos mercados em que o Emissor atua, situação que leva a minimizar o risco de mercado de seus produtos.

4.1.a.2. Risco Financeiro

Segundo o balanço da METISA relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, os índices de liquidez da empresa eram os seguintes: liquidez corrente: 2,11; liquidez seca: 1,71 e liquidez geral: 1,54. Tais índices indicam uma situação financeira sólida e, conseqüentemente, um risco financeiro baixo.

4.1.a.3. Risco Comercial

METISA exporta cerca de 30% de sua produção e enfrenta a concorrência de produtos importados em sua linha de produtos agrícolas, na linha de FPS e na linha de lâminas para corte de pedras. Resulta que há um risco cambial que se materializa na forma de preços baixos dos produtos importados.

4.1.b. Fatores Relacionados ao Controlador

Não há fatores de risco relacionados ao controlador.

4.1.c. Fatores Relacionados aos Acionistas

Não há fatores de risco relacionados aos acionistas.

4.1.d. Fatores Relacionados a Controlados

O Emissor tem uma única empresa controlada, a METISA Florestal e Energética S.A., cuja principal atividade é o fornecimento de madeira a sua controladora, que a utiliza na confecção de cabos para ferramentas manuais e para caixotaria usada na embalagem de alguns de seus produtos. A Receita Operacional Líquida da METISA Florestal equivaleu a 0,10% do faturamento líquido de sua controladora.

Decorre que não há risco relevante relacionado à controlada.

4.1.e. Fatores Relacionados aos Fornecedores

A principal matéria-prima utilizada pelo Emissor é constituída por palanquilhas de lingotamento contínuo e chapas bobinas de aços de alto carbono e de aços micro ligados de qualidade construção mecânica. Os fornecedores desses materiais no Brasil são: o Grupo Gerdau, Arcelor-Mittal, Usiminas e CSN - Companhia Siderúrgica Nacional.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1.f. Fatores Relacionados aos Clientes

METISA comercializa uma ampla gama de produtos a um grande número de clientes, no Brasil e no exterior, não existindo clientes que respondam sozinhos por parte relevante das vendas, entendido como tal cliente responsável por mais de 10% do faturamento.

Resulta que não há risco relevante relacionado a clientes.

4.1.g. Fatores Relacionados aos Setores da Economia

As vendas do Emissor se dirigem a diversos setores da economia, sendo os principais o setor agrícola, o setor de construção civil, a mineração e o setor de construção e conservação de estradas. Embora a atividade desses setores sofra flutuações, o risco de ruptura de suas atividades é praticamente inexistente. Resulta que não há risco relevante relacionado com os setores da economia nos quais o Emissor atua.

4.1.h. Fatores Relacionados à Regulação dos Setores em que o Emissor atua

A regulação dos setores em que o Emissor atua não afeta suas vendas.

4.1.i. Fatores Relacionados aos Países Estrangeiros

O fator de risco relacionado às vendas a países estrangeiros é a variação cambial e eventual inadimplência resultante da situação econômica de alguns dos países para onde o Emissor exporta. Nos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, a Companhia reconheceu como perda o montante de U\$ 150,000.00 (cento e cinquenta mil dólares), valores considerados irrelevantes perante o total exportado no período, de aproximadamente U\$ 130,000,000.00 (cento e trinta milhões de dólares). A empresa possui créditos junto ao seu cliente IMEXA da Venezuela, de aproximadamente U\$ 537,965.00 (quinhentos e trinta e sete mil, novecentos e sessenta e cinco dólares). É um cliente tradicional da Companhia a mais de 30 anos.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Com relação aos riscos relacionados no item 4.1, considera-se como riscos de alguma relevância o “Risco Comercial” e o “Risco Relacionado ao Fornecedor”. Cabe comentar:

a) Evolução do Risco Comercial

A evolução desse risco acompanha a flutuação da paridade cambial entre o Real e o Dólar Americano.

b) Evolução do Risco Relacionado ao Fornecedor

A existência de um oligopólio no setor siderúrgico voltado à fabricação de aços longos é um estímulo à entrada de novos concorrentes no setor. Entretanto, é necessário considerar que essa entrada enfrenta a barreira do investimento, visto que a implantação de uma usina siderúrgica integrada inteiramente nova demanda recursos financeiros vultosos.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Os processos judiciais e/ou administrativos em que o Emissor seja parte, dado o seu valor, são individualmente irrelevantes, bem como, já estão devidamente provisionados nas suas demonstrações financeiras.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não se aplica ao Emissor.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não se aplica ao Emissor.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não se aplica ao Emissor.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não se aplica ao Emissor.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não se aplica ao Emissor.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

O principal risco de mercado a que o Emissor está exposto é o risco cambial, risco esse naturalmente decorrente de sua atividade exportadora. Esse risco advém dos efeitos da variação cambial sobre o contas a receber de clientes no exterior, sobre o valor dos contratos de exportação firmados e sobre o valor dos Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC).

No encerramento do exercício de 2015, os valores sujeitos à variação cambial eram:

- Contas a receber de clientes no exterior	R\$ 31.493.974,00
- Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC/ACE)	R\$ 26.698.047,00

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

O gerenciamento dos riscos associados à variação cambial se faz mediante operações de adiantamento de contratos de exportação (ACE) e adiantamentos de contratos de câmbio (ACC).

5.3 - Descrição dos controles internos

Não se aplica ao Emissor.

5.4 - Alterações significativas

Considerada a situação atual, não há alterações significativas dos riscos de mercado do Emissor em relação aos presentes em 31 de dezembro de 2015.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Em 31 de dezembro de 2015 o Emissor tinha parte de suas disponibilidades - R\$ 2.426.081,00 aplicadas em títulos e valores mobiliários, substancialmente representados por ações de VALE, OGX, HRT, GERDAU e PETROBRÁS. Esses ativos representavam na data apenas 1,17% do valor total das disponibilidades do Emissor - R\$ 207.432.647,00, entendido como tal o conjunto de ativos de liquidez imediata. Esses títulos estão sujeitos ao risco correspondente às flutuações das cotações dos referidos papéis na Bolsa de Valores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	08/01/1942
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima de Capital Aberto
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	18/05/1971

6.3 - Breve histórico

Fundada em 08 de Janeiro de 1942 pelo Sr. Richard Paul Junior com a designação de “Metalúrgica Timboense Ltda.”. Iniciou suas atividades na produção de pás e outras ferramentas manuais, utilizadas na agricultura.

Em 1948, foi transformada em S.A.. Em 1953, instalou seu primeiro laminador a quente de chapas de aço, o que a tornou independente neste importante setor de matéria-prima.

A partir de 1966, a METISA iniciou a fabricação de peças para tratores, mercado pouco explorado, pois a maioria destas peças estavam sendo importadas. Começou, portanto, a fabricar lâminas para motoniveladoras e sapatas para esteiras de tratores, com grande aceitação no mercado. Somente neste setor, a empresa contribuiu com 12% na nacionalização dos tratores de esteiras.

Em 1985, houve a transferência da administração e da última parte dos equipamentos industriais da fábrica antiga para a nova unidade, concentrando todo o seu parque fabril na área industrial de Timbó (SC).

Em 1987, houve alteração da composição acionária na Companhia com a entrada de novos sócios, o que contribuiu decisivamente para a profissionalização da METISA em todos os seus níveis.

Certificada ISO 9000 pela BRTÜV desde 1997.

Em 2001, foi instalado um laminador aberto, dotado de quatro cadeias trio, elevando a capacidade de laminação.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não há pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial feito pelo Emissor, cuja situação econômico-financeira é sólida.

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que mereçam ser relatadas.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.1.1. Atividades do Emissor

O Emissor é caracteristicamente uma empresa do setor metalúrgico. Produz artefatos de aço para diversos usos, entre os quais destacam-se peças de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, peças para máquinas e implementos agrícolas, entre os quais sobressaem os discos para uso em tais equipamentos e lâminas para corte de pedras. Além destas três linhas de produtos, a METISA produz ainda diversos outros artefatos, como talas de junção para trilhos ferroviários, pás e cavadeiras, peças para implementos rodoviários e arruelas. É relevante observar que as instalações industriais do Emissor são extremamente versáteis e um mesmo conjunto de equipamentos pode fabricar materiais que integram “linhas de produtos” diferentes. De fato, as linhas de produtos são definidas em função de seu uso e correspondente mercado, não se constituindo em setores fabris separados e bem identificados, e para os quais se possa desenvolver demonstrações financeiras individualizadas. Resulta que a empresa explora um único “segmento operacional”.

7.1.2. Atividades das Controladas

A única controlada, METISA Florestal e Energética S.A., se dedica a atividades de reflorestamento e exploração comercial de produtos florestais. A receita líquida da Companhia representou R\$ 218.316,00.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Como visto no item 7.1, o Emissor se constitui em um único segmento operacional.

7.2.a. Produtos Comercializados

São basicamente artefatos de aço diversos, sendo relevante citar: (i) ferramentas de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, tais como lâminas para tratores, motoniveladoras, pás carregadeiras, dentes para escavadeiras e retro-escavadeiras, sapatas para esteiras de tratores e outras máquinas rodoviárias, garras para recuperação de sapatas para esteiras; (ii) discos para arados e gradeadeiras e outras máquinas e implementos agrícolas, outras ferramentas para máquinas e implementos agrícolas; (iii) lâminas para corte de pedras; (iv) ferramentas manuais, tais como pás e cavadeiras; (v) acessórios ferroviários, tais como talas de junção para trilhos; (vi) acessórios para implementos rodoviários, tais como eixos para carretas, reboques e semi-reboques; (vii) arruelas em aço de alto carbono.

7.2.b. Receita Auferida pelo Segmento Operacional

É a receita auferida pelo Emissor, cuja receita operacional líquida nos três últimos exercícios foi: (i) 2013 - R\$ 247.426.170,00 (duzentos e quarenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, cento e setenta reais); (ii) 2014 - R\$ 236.534.313,00 (duzentos e trinta e seis milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, trezentos e treze reais); (iii) 2015 - R\$ 221.810.486,00 (duzentos e vinte e um milhões, oitocentos e dez mil, quatrocentos e oitenta e seis reais).

7.2.c. Resultado Obtido pelo Segmento Operacional

Trata-se do resultado obtido pelo Emissor. Nos últimos 3 anos, o lucro líquido realizado foi de: (i) 2013 - R\$ 22.603.069,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e três mil, sessenta e nove reais); (ii) 2014 - R\$ 19.926.637,00 (dezenove milhões, novecentos e vinte e seis mil, seiscentos e trinta e sete reais); (iii) 2015 - R\$ 16.587.113,00 (dezesseis milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, cento e treze reais); resultados esses correspondentes a 100% do lucro auferido pelo Emissor.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3.a. Características do Processo de Produção

O processo de fabricação dos produtos do Emissor se caracteriza por processos de transformação do aço a quente, o que inclui operações de laminação, forjamento e estamparia, seguidas ou não de tratamento térmico e operações de acabamento por usinagem. A tecnologia aplicada é de domínio público. A capacidade das instalações varia significativamente em função da mistura de produtos fabricada, observado que se produz em um mesmo conjunto de máquinas materiais de diferentes linhas de produtos. Há um programa de manutenção preventiva que inclui um período de férias coletivas no fim/início de cada ano, quando se procede aos trabalhos que demandam a paralisação relativamente longa de equipamentos, como a de fornos de aquecimento para as operações de transformação a quente – laminação, forjamento e estamparia.

7.3.b. Características do Processo de Distribuição

Os produtos do Emissor se destinam a dois mercados distintos: indústrias que as utilizam como parte das máquinas que produzem e o mercado de reposição. No primeiro caso, as vendas se fazem diretamente às indústrias clientes, no segundo caso as vendas se fazem a distribuidores, através de uma rede de representantes. O processo não envolve empresas controladas, coligadas ou de alguma forma ligas ao acionista controlador.

7.3.c. Características do Mercado de Atuação

7.3.c.i. Participação em cada um dos Mercados

Não há estatísticas conhecidas relativas aos mercados dos produtos do Emissor. Decorre que não se conhece qual a sua participação no mercado. Nos segmentos de mercado em que o Emissor atua não se registra a existência de monopólios ou oligopólios.

7.3.c.ii. Condições de Competição no Mercado

A concorrência nos diversos mercados em que se inserem os produtos do Emissor se faz em termos de qualidade do produto e preço.

7.3.d. Sazonalidade

A sazonalidade nas vendas do Emissor varia em função da linha de produtos. Na linha de produtos de ferramentas de penetração no solo, as vendas são maiores no período março a setembro no mercado interno e maio a agosto nas exportações; no caso de peças para máquinas e implementos agrícolas as vendas são maiores no período abril a outubro no mercado interno e outubro a fevereiro nas exportações; no caso de lâminas para corte de pedras as vendas são maiores no período agosto a dezembro no mercado interno, observado que as exportações desse produto são irrelevantes; no caso de ferramentas manuais, as vendas ao mercado interno são maiores no período março a setembro e nos períodos março a maio e outubro a dezembro nas exportações; no caso das outras linhas de produção não se observa sazonalidade relevante.

7.3.e. Principais Matérias-Primas e Insumos

A principal matéria-prima é o aço, adquirido sob a forma de palanquilhas de lingotamento contínuo e chapas bobinas. As ligas utilizadas são: (i) aço de alto carbono; (ii) aço micro ligado; (iii) aço de baixo carbono, todas na qualidade aços para construção mecânica.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3.e.i. Relações Mantidas com os Fornecedores

As relações mantidas com o principal fornecedor, Grupo Gerdau, são de parceria, com os fornecimentos sendo feitos segundo programação definida com base no Plano de Produção do Emissor.

7.3.e.ii. Dependência de Poucos Fornecedores

Há no Brasil fornecedores da matéria-prima consumida pelo Emissor - Grupo Gerdau e Arcelor Mittal, Usiminas e CSN - Companhia Siderúrgica Nacional.

7.3.e.iii. Volatilidade de Preços

Os preços têm se mantido firmes por períodos superiores a 6 meses, não se caracterizando como preços voláteis.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

As vendas do Emissor estão distribuídas por um número grande de clientes, não havendo nenhum que responda por mais do que 10% da receita líquida do Emissor.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5.a. Autorizações para Exercício da Atividade

Não se aplica ao Emissor.

7.5.b. Política Ambiental do Emissor

O Emissor tem como política preservar o meio-ambiente e obedecer rigorosamente às determinações oficiais nesse sentido. Essa política se traduz em ações concretas, cabendo ressaltar o que se segue:

- I. As instalações fabris do Emissor se situam em terreno de 242 mil/m², terreno esse que margeia o Rio Benedito Novo, afluente do Rio Itajaí. A empresa desenvolve um programa de recomposição da mata ciliar do rio, mediante o plantio de espécies nativas;
- II. A empresa implantou um sistema de recirculação da água industrial, usada no resfriamento de seus fornos, nos laminadores e nas instalações de tratamento térmico. A água usada passa por um sistema de decantação e filtração, sendo a seguir levada a uma lagoa dotada de repuxo para resfriamento. Nessa lagoa com uma área de 30.000 m² a qualidade é controlada. Com esse sistema não há efluentes e a empresa capta do rio apenas a quantidade de água necessária para repor as perdas, basicamente por evaporação. O custo marginal desse sistema é irrelevante.
- III. Cumprindo normas ambientais, a empresa envia seus rejeitos sólidos, basicamente a carepa formada nos processos de transformação a quente, a aterro legalmente autorizado a receber tal material.

7.5.c. Dependência de Patentes, Marcas e Licenças

Os processos industriais utilizados pelo Emissor são de domínio público, bem como o projeto dos produtos que fabrica, com uma única exceção que é o projeto das lâminas de corte de pedra produzidas segundo patente de propriedade do Emissor. Resulta que o Emissor não depende de licenças e não paga royalties no desenvolvimento de suas atividades.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Os registros do Emissor agrupam os clientes por região, tendo-se a seguinte distribuição, expressa em porcentagem da receita operacional líquida total do Emissor:

Região	% Receita Operacional Líquida Total		
	2013	2014	2015
Europa ⁽¹⁾	4,1	5,3	5,8
Oriente Médio/Norte da África ⁽²⁾	0,9	0,8	1,2
África	0,8	1,0	1,5
Ásia	1,5	1,4	3,8
Oceania	1,0	2,1	2,3
América do Norte ⁽³⁾	10,6	6,7	8,6
América do Sul	7,8	6,7	10,6
América Central e Caribe	0,4	0,3	1,0

⁽¹⁾ Inclui Turquia. ⁽²⁾ Inclui Egito, Líbia, Marrocos e Argélia. ⁽³⁾ Inclui México.

Receita Proveniente de Países Estrangeiros

A participação do total das receitas provenientes de países estrangeiros na receita operacional líquida total do Emissor, expressa em porcentagem, foi:

2013	2014	2015
27,1%	24,3%	34,8%

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não há restrições conhecidas às exportações do Emissor por parte dos países para os quais ele exporta suas mercadorias.

7.8 - Políticas socioambientais

O Emissor respeita e cumpre as políticas socioambientais emanadas dos órgãos públicos correspondentes.

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a prestar.

8.1 - Negócios extraordinários

Não se aplica ao Emissor.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não se aplica ao Emissor.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não se aplica ao Emissor.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não se aplica ao Emissor.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1.a. Ativos Imobilizados

Os ativos imobilizados relevantes para a atividade do Emissor são os que constituem seu parque fabril, localizado à Av. Fritz Lorenz 2.442, no Município de Timbó - SC.

Esses ativos são compostos basicamente por um terreno plano de 243.000 m², uma área construída de 36.111,91 m² e por um parque de equipamentos para transformação a quente de semi-acabados de aço em peças diversas, complementado por um conjunto de máquinas de usinagem e de instalações de limpeza e pintura utilizado em operações de acabamento das referidas peças de aço conformadas a quente.

9.1.b. Patentes, Marcas, Licenças e Concessões

O Emissor comercializa seus produtos sob marca própria - a marca METISA. Não trabalha sob licença ou concessão de terceiros e os projetos dos materiais que fabrica são de domínio público.

9.1.c. Sociedades Controladas

O Emissor controla a METISA Florestal e Energética S.A., sobre a qual cabe informar:

- i) Denominação Social: METISA Florestal e Energética S.A.;
- ii) Sede: Rua Fritz Lorenz, Nº 2442, Distrito Industrial, Timbó (SC).
- iii) Atividade Desenvolvida: reflorestamento e exploração comercial da floresta plantada;
- iv) Participação do Emissor: 100%;
- v) Controle: a sociedade é controlada;
- vi) Registro na CVM: não possui;
- vii) Valor Contábil da Participação: R\$ 10.091.168,00, em 31/12/2015;
- viii) Valor de Mercado: a controlada não é empresa de capital aberto e, conseqüentemente, suas ações não são cotadas em Bolsa de Valores e, portanto, não há um valor de mercado;
- ix) Valorização da Participação: o valor contábil da participação variou nos três últimos exercícios, como segue:

	Unidade	Exercício		
		2013	2014	2015
Valor Contábil	R\$	10.257.236	10.284.277	10.091.168
Valorização	R\$	698	27.041	(193.109)

- x) Valorização/Desvalorização a Valores de Mercado: não há valor de mercado;
- xi) Dividendos Recebidos: foram pagos dividendos no exercício de 2015, no valor de R\$6.422,00;
- xii) Razões para Aquisição e Manutenção da Controlada: O Emissor utiliza madeira de reflorestamento na confecção de cabos para as ferramentas manuais que produz e na fabricação de embalagens de produtos destinados ao exterior. A razão da criação e manutenção da controlada é a garantia do fornecimento de madeira de origem legal a preços adequados, cabendo observar que em tempos passados, quando não contava com o suprimento de madeira de sua controlada, o Emissor enfrentou dificuldades na obtenção dos referidos cabos e embalagens.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Terreno com área de 243.000 m2	Brasil	SC	Timbó	Própria
Área Construída de 36.111,91 m2	Brasil	SC	Timbó	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica ao Emissor

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Metisa Florestal e Energética	75.775.676/0001-56	-	Controlada	Brasil	SC	Timbó	Reflorestamento e exploração comercial da floresta plantada.	100,000000
Exercício social								
Valor contábil - variação %		Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data		Valor (Reais)		
31/12/2015		0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2013	10.257.236,00		
31/12/2014		0,000000	0,000000	0,00				
31/12/2013		0,006805	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O Emissor utiliza madeira de reflorestamento na confecção de cabos para as ferramentas manuais e na fabricação de embalagens de produtos destinados ao mercado interno e externo. A razão da criação e manutenção da controlada é a garantia do fornecimento da madeira de origem legal e preços adequados, cabendo observar que em tempos passados, quando não contava com o suprimento de madeira de sua controlada, o Eissou enfrentou dificuldades na obtenção dos referidos cabos e embalagens.								
Metisa Florestal e Energética	75.775.676/0001-56	-	Controlada	Brasil	SC	Timbó	Reflorestamento e exploração comercial da floresta plantada.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2015		0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2015	10.091.168,00		
31/12/2014		0,000000	0,000000	0,00				
31/12/2013		0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O Emissor utiliza madeira de reflorestamento na confecção de cabos para as ferramentas manuais e na fabricação de embalagens de produtos destinados ao mercado interno e externo. A razão da criação e manutenção da controlada é a garantia do fornecimento da madeira de origem legal e preços adequados, cabendo observar que em tempos passados, quando não contava com o suprimento de madeira de sua controlada, o Emissor enfrentou dificuldades na obtenção dos referidos cabos e embalagens.								
Metisa Florestal e Energética S.A.	75.775.676/0001-56	-	Controlada	Brasil	SC	Timbó	Reflorestamento e exploração comercial da floresta plantada	100,000000
Valor mercado								
31/12/2015		0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2012	10.256.538,00		
31/12/2014		0,000000	0,000000	0,00				
31/12/2013		0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O Emissor utiliza madeira de reflorestamento na confecção de cabos para as ferramentas manuais e na fabricação de embalagens de produtos destinados ao mercado interno e externo. A razão da criação e manutenção da controlada é a garantia do fornecimento da madeira de origem legal a preços adequados, cabendo observar que em tempos passados, quando não contava com o suprimento de madeira de sua controlada, o Emissor enfrentou dificuldades na obtenção dos referidos cabos e embalagens.								
Metisa Florestal e Energética S.A.	75.775.676/0001-56	-	Controlada	Brasil	SC	Timbó	Reflorestamento e exploração comercial da floresta plantada.	100,000000
Valor mercado								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	10.284.277,00		
31/12/2014	0,263628	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,006805	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O Emissor utiliza madeira de reflorestamento na confecção de cabos para as ferramentas manuais e na fabricação de embalagens de produtos destinados ao mercado interno e externo. A razão da criação e manutenção da controlada é a garantia do fornecimento da madeira de origem legal e preços adequados, cabendo observar que em tempos passados, quando não contava com o suprimento de madeira de sua controlada, o Emissor enfrentou dificuldades na obtenção dos referidos cabos e embalagens.

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações sobre este assunto julgadas relevantes.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia, são adequadas, permitindo que a Companhia cumpra suas obrigações de curto, médio e longo prazos, bem como, colocando-a em condições de fazer frente a novas oportunidades, não existindo fatos para acreditarmos que tal situação seja alterada de forma significativa em um curto espaço de tempo.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Diretoria considera que a estrutura atual de capital da Companhia é adequada.

i. hipótese de resgate

Não há um programa para resgate de ações.

ii. fórmula de cálculo de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia, através do controle e planejamento constante dos seus ativos e passivos financeiros, entende que inexistente uma sinalização negativa em relação à sua capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros. As dívidas da Companhia são representadas por financiamentos junto ao BNDES, seus agentes financeiros, com taxas de juros de mercado, conforme informações disponíveis nos sites da CVM - Comissão de Valores Mobiliários e da BM&FBovespa e, colocadas à disposição dos Acionistas na sede da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava disponibilidades no montante de R\$ 205.006.566,00 (duzentos e cinco milhões, seis mil, quinhentos e sessenta e seis reais) e dívidas financeiras de R\$ 183.795.695,00 (cento e oitenta e três milhões, setecentos e noventa e cinco mil, seiscentos e noventa e cinco reais) resultando em um caixa líquido no montante de R\$ 21.210.851,00 (vinte e um milhões, duzentos e dez mil, oitocentos e cinquenta e um reais).

d) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A principal fonte utilizada para o financiamento de capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas pela Companhia, são originários do BNDES através dos seus agentes fiduciários.

e) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

A Diretoria entende que, com a manutenção dos resultados positivos e da geração de caixa obtidos no momento, não é necessário recorrer a Instituições Financeiras. Porém, poderá utilizar linhas especiais com taxas de juros subsidiadas para financiar o seu capital circulante e não circulante.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

A Companhia apresenta abaixo seus níveis de endividamento, de forma consolidada, no exercício encerrado em 31.12.2015:

<u>Taxa média de remuneração das aplicações em %</u>		Controladora		Consolidado	
		<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e Bancos		411.554	396.604	424.823	461.995
Aplicações Financeiras em Certificados de Depósito Bancário	Vinculada à variação do CDI	204.595.012	201.481.002	205.085.738	201.986.454
		205.006.566	201.877.606	205.510.561	202.448.449

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

- INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

<i>CONTROLADORA e CONSOLIDADO (Em Reais)</i>			
<u>MODALIDADE</u>	<u>ENCARGOS FINANCEIROS</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo Imobilizado	Juros de até 5,50% a.a.	-	84.801
Capital de Giro	Juros de até 5,50% a.a.	117.110.434	116.480.415
Capital de Giro	Juros de até 8,00% a.a.	39.987.234	39.984.175
Capital de Giro	VC + juros de até 2,00% a.a.	<u>26.698.047</u>	<u>28.036.611</u>
Total dos Empréstimos		183.795.715	184.586.002
Circulante		(136.782.830)	(28.899.719)
Não Circulante		47.012.885	155.686.283
As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:		<u>2015</u>	<u>2014</u>
2016		-	108.673.398
2017		47.012.885	47.012.885
		47.012.885	155.686.283

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, sendo que os de capital de giro - EXIM BNDES, possuem cláusulas restritivas ao descumprimento de metas (covenants).

ii. outras relações de longo prazo com Instituições Financeiras

Não se aplica a Companhia.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica a Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica a Companhia.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) alterações significativas em cada item das Demonstrações Financeiras

A Companhia apresenta a tabela abaixo, com a comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**BALANÇOS PATRIMONIAIS - (Em Reais)**

Ativo	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	205.006.566	201.877.606	205.510.561	202.448.449
Títulos e valores mobiliários	2.426.081	4.185.648	2.426.081	4.185.648
Contas a receber e outras contas a receber	51.072.433	49.390.780	51.085.432	49.393.893
Estoques	60.396.025	55.192.658	60.396.025	55.192.658
Tributos a recuperar	4.247.853	6.360.176	4.247.853	6.360.176
Despesas antecipadas	98.597	77.041	98.597	77.041
Total do ativo circulante	323.247.555	317.083.909	323.764.549	317.657.865
Realizável a longo prazo	5.257.555	4.950.533	5.257.555	4.950.533
Investimentos	10.251.168	10.444.277	160.000	160.000
Imobilizado	75.858.991	73.490.714	85.452.923	83.214.149
Intangível	1.193.111	1.481.142	1.193.111	1.481.142
Total do ativo não circulante	92.560.825	90.366.666	92.063.589	89.805.824
Total do ativo	415.808.380	407.450.575	415.828.138	407.463.689
Passivo	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores	2.859.494	2.909.244	2.859.494	2.909.244
Empréstimos e financiamentos	136.782.830	28.899.719	136.782.830	28.899.719
Salários e encargos sociais	3.131.828	3.089.783	3.144.084	3.092.210
Obrigações tributárias	2.088.782	1.976.111	2.091.903	1.982.466
Férias e encargos sociais	2.390.993	2.230.406	2.394.673	2.234.738
Participação dos empregados	899.010	1.065.681	899.010	1.065.681
Participação dos administradores	1.864.469	2.210.131	1.864.469	2.210.131
Comissões e fretes sobre vendas	2.134.107	2.003.516	2.134.107	2.003.516
Outras contas a pagar	1.386.921	1.437.377	1.387.622	1.437.377
Total do passivo circulante	153.538.434	45.821.968	153.558.192	45.835.082
Empréstimos e financiamentos	47.012.885	155.686.283	47.012.885	155.686.283
Provisões para contingências	2.382.108	2.870.053	2.382.108	2.870.053
Impostos diferidos	10.188.181	10.790.863	10.188.181	10.790.863
Total do passivo não circulante	59.583.174	169.347.199	59.583.174	169.347.199
Total do passivo	213.121.608	215.169.167	213.141.366	215.182.281
Patrimônio líquido				
Capital social	100.000.000	100.000.000	100.000.000	100.000.000
Reservas de lucros	87.653.089	85.894.729	87.653.089	85.894.729
(-) Ações em tesouraria	(1.320.170)	(10.830.965)	(1.320.170)	(10.830.965)
Outros resultados abrangentes	16.353.853	17.217.644	16.353.853	17.217.644
Total do patrimônio líquido	202.686.772	192.281.408	202.686.772	192.281.408
Total do passivo e patrimônio líquido	415.808.380	407.450.575	415.828.138	407.463.689
Valor patrimonial por ação	22,49136	21,00022	22,49136	21,00022

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS - (Em Reais)**

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	221.810.486	236.534.313	221.960.607	236.661.996
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(164.721.857)	(170.591.380)	(164.964.364)	(170.560.598)
LUCRO BRUTO	57.088.629	65.942.933	56.996.243	66.101.398
DESPESAS OPERACIONAIS				
Gerais e administrativas	(17.129.750)	(18.407.271)	(17.286.780)	(18.557.681)
Com vendas	(29.270.655)	(28.926.832)	(29.270.655)	(28.926.832)
Outras receitas operacionais	413.959	377.825	414.124	378.072
Resultado de equivalência patrimonial	(193.109)	35.464	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	10.909.074	19.022.119	10.852.932	18.994.957
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	42.746.823	26.419.127	42.814.999	26.462.749
Despesas financeiras	(31.413.426)	(19.209.792)	(31.413.431)	(19.209.974)
Juros sobre o capital próprio	(4.745.843)	(7.247.051)	(4.745.843)	(7.247.051)
LUCRO OPERACIONAL	17.496.628	18.984.403	17.508.657	19.000.681
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.194.810)	(7.526.323)	(7.206.839)	(7.542.601)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.539.452	1.221.506	1.539.452	1.221.506
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DE JUROS	11.841.270	12.679.586	11.841.270	12.679.586
Reversão de juros sobre o capital próprio	4.745.843	7.247.051	4.745.843	7.247.051
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	16.587.113	19.926.637	16.587.113	19.926.637
Lucro líquido por ação	1,84061	2,17631	1,84061	2,17631

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES - (Em Reais)**

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	16.587.113	19.926.637	16.587.113	19.926.637
Outros resultados abrangentes	863.791	1.090.347	863.791	1.090.347
Resultado abrangente do período	17.450.904	21.016.984	17.450.904	21.016.984
Atribuído a sócios da empresa controladora	-	-	17.450.904	21.016.984

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em Reais)**

	Capital social	Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	
		Legal	Retenção de lucros					a Realizar
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	100.000.000	9.724.818	57.399.058	6.854.297	(9.247.766)	18.307.991	-	183.038.398
Reservação de dividendos e JSCP	-	-	79.012	-	-	-	-	79.012
Dividendos complementares	-	-	(1.932.389)	-	-	-	-	(1.932.389)
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(1.583.199)	-	-	(1.583.199)
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(203.030)	-	-	203.030	-
Custo atribuído realizado	-	-	-	-	-	(1.090.347)	1.090.347	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	19.926.637	19.926.637
Destinação proposta à Assembléia Geral:								
.Reserva legal	-	996.331	-	-	-	-	(996.331)	-
.Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(7.247.051)	(7.247.051)
.Retenção de lucros	-	-	12.976.632	-	-	-	(12.976.632)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	100.000.000	10.721.149	68.522.313	6.651.267	(10.830.965)	17.217.644	-	192.281.408
Reservação de dividendos e JSCP	-	-	122.781	-	-	-	-	122.781
Ações em tesouraria	-	-	(11.069.482)	-	9.510.795	-	-	(1.558.687)
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(136.927)	-	-	136.927	-
Custo atribuído realizado	-	-	-	-	-	(863.791)	863.791	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	16.587.113	16.587.113
Destinação proposta à Assembléia Geral:								
.Reserva legal	-	829.356	-	-	-	-	(829.356)	-
.Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(4.745.843)	(4.745.843)
.Retenção de lucros	-	-	12.012.632	-	-	-	(12.012.632)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	100.000.000	11.550.505	69.588.244	6.514.340	(1.320.170)	16.353.853	-	202.686.772

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - (Em Reais)**

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	16.587.113	19.926.637	16.587.113	19.926.637
<i>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</i>				
- Depreciação, amortização e exaustão	7.766.566	6.602.445	7.945.483	6.859.345
- Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	17.434.302	9.825.010	17.434.302	9.825.010
- Equivalência patrimonial	193.109	(35.464)	-	-
- Valor residual de ativos não circulantes	2.998	838.635	3.333	839.288
- Dividendos a receber	-	8.423	-	-
Disponibilidades brutas antes das mudanças no capital de giro	41.984.088	37.165.686	41.970.231	37.450.280
<i>Variações nos ativos e passivos</i>				
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	1.759.567	2.867.332	1.759.567	2.867.332
(Aumento)/Redução em contas a receber e outras contas a receber	(1.681.653)	4.018.283	(1.691.539)	4.019.407
(Aumento)/Redução nos estoques	(5.203.367)	(13.741.520)	(5.203.367)	(13.741.520)
(Aumento)/Redução em impostos a recuperar	2.112.323	(959.849)	2.112.323	(959.849)
(Aumento)/Redução nas despesas antecipadas	(21.556)	37.610	(21.556)	37.610
Aumento/(Redução) em fornecedores	(49.750)	(648.170)	(49.750)	(648.999)
Aumento/(Redução) em salários e encargos sociais	42.045	(364)	51.874	(9.728)
Aumento/(Redução) nas obrigações tributárias	112.671	(832.484)	109.437	(830.229)
Aumento/(Redução) de férias e encargos sociais	160.587	(271.254)	159.935	(271.363)
Aumento/(Redução) nas participações a pagar	(512.333)	(776.146)	(512.333)	(776.146)
Aumento/(Redução) nas comissões e fretes s/ vendas	130.591	(918.192)	130.591	(918.192)
Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	(50.456)	(261.921)	(49.755)	(261.921)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	38.782.757	25.679.011	38.765.658	25.956.682
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
No realizável a longo prazo	(307.023)	(763.060)	(307.023)	(763.060)
No imobilizado	(9.721.506)	(10.642.076)	(9.771.255)	(10.751.443)
No intangível	(128.303)	(890.615)	(128.303)	(890.615)
Ações em tesouraria	(1.558.687)	(1.583.199)	(1.558.687)	(1.583.199)
Reversão de dividendos e JSCP	122.781	79.012	122.781	79.012
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(11.592.738)	(13.799.938)	(11.642.487)	(13.909.305)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Acréscimo (decréscimo) do exigível de longo prazo	(1.090.626)	(395.773)	(1.090.626)	(395.773)
Empréstimos e financiamentos obtidos	66.302.605	106.939.782	66.302.605	106.939.782
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(84.527.195)	(63.146.350)	(84.527.195)	(63.146.350)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(4.745.843)	(9.179.440)	(4.745.843)	(9.179.440)
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	(24.061.059)	34.218.219	(24.061.059)	34.218.219
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes à caixa	3.128.960	46.097.292	3.062.112	46.265.596
Caixa e equivalentes à caixa no começo do período	201.877.606	155.780.314	202.448.449	156.182.853
Caixa e equivalentes à caixa no fim do período	205.006.566	201.877.606	205.510.561	202.448.449

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - (Em Reais)**

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
1 - RECEITAS	260.152.193	284.477.145	260.315.073	284.629.273
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	261.950.992	284.784.003	262.113.707	284.935.884
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos - Reversão/(Constituição)	(2.259.209)	(717.312)	(2.259.209)	(717.312)
1.3) Outras (despesas) receitas	460.410	410.454	460.575	410.701
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	179.127.787	196.044.414	179.175.606	195.791.447
2.1) Custo dos produtos e mercadorias vendidos	159.980.461	174.941.834	159.912.266	174.457.506
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (adm/ven)	19.147.326	21.102.580	19.263.340	21.333.941
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	81.024.406	88.432.731	81.139.467	88.837.826
4 - RETENÇÕES	7.414.167	6.306.319	7.593.083	6.563.219
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	7.414.167	6.306.319	7.593.083	6.563.219
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	73.610.239	82.126.412	73.546.384	82.274.607
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	42.404.179	26.390.773	42.665.464	26.398.931
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	(193.109)	35.464	-	-
6.2) Receitas financeiras	42.597.288	26.355.309	42.665.464	26.398.931
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	116.014.418	108.517.185	116.211.848	108.673.538
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	116.014.418	108.517.185	116.211.848	108.673.538
8.1) Pessoal	52.747.065	50.634.507	52.897.563	50.729.162
- Remuneração direta	43.992.624	42.719.781	44.129.217	42.804.289
- Benefícios	5.357.586	4.784.966	5.358.016	4.784.966
- FGTS	3.396.855	3.129.760	3.410.330	3.139.907
8.2) Impostos, contribuições e taxas	15.949.028	18.797.067	15.995.955	18.858.583
- Federais	15.504.521	18.272.587	15.548.966	18.331.690
- Estaduais	379.409	464.344	381.423	466.265
- Municipais	65.098	60.136	65.566	60.628
8.3) Variações cambiais e juros	30.731.212	19.158.974	30.731.217	19.159.156
- Juros	10.008.260	7.599.372	10.008.260	7.599.500
- Outras	20.722.952	11.559.602	20.722.957	11.559.656
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	4.745.843	7.247.051	4.745.843	7.247.051
8.5) Lucros retidos/prejuízo do exercício	11.841.270	12.679.586	11.841.270	12.679.586

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**ESTOQUES DO EXERCÍCIO - (Em Reais)**

	CONSOLIDADO	
	2015	2014
Produtos acabados	22.240.243	17.767.800
Produtos em processo	11.924.255	8.855.360
Matérias-primas	16.757.522	18.583.110
Materiais secundários	6.552.241	6.812.964
Materiais de manutenção	2.391.004	2.725.843
Importação em andamento	410.149	190.659
Adiantamento a fornecedores	120.611	256.922
	60.396.025	55.192.658

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor em especial

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Metisa obteve uma receita operacional bruta de R\$ 253.669,0 mil, com a comercialização de 38.722 toneladas de produtos. Analisando-se esse desempenho, comparativamente ao ano de 2014, registra-se um decréscimo de 14,7% na quantidade vendida e 7,6% na receita operacional bruta.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício de 2015, a Metisa auferiu um lucro líquido de R\$ 16.587,6 mil, correspondente a 7,4% da receita operacional líquida e que representou uma rentabilidade de 8,63% sobre o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2014, correspondendo a um resultado de R\$1,84 por ação.

b) Variações das receitas atribuíveis a variação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os aspectos relativos a este item, acham-se descritos nos itens precedentes.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Em relação aos impactos relacionados neste item, seus efeitos acham-se descritos nos itens precedentes.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3.a. Introdução ou Alienação do Segmento Operacional

Não se aplica a Companhia.

10.3.b. Aquisição ou Alienação de Participação Societária

Não se aplica a Companhia.

10.3.c. Eventos ou Operações Não Usuais

Não se aplica a Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

As políticas contábeis descritas, em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário, conforme segue:

a.1) Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e incluem:

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 11 de março de 2016.

a.2) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais mensurados pelo valor justo:

- os ativos biológicos da controlada conforme nota 2.2 (g); e
- determinados ativos do imobilizado da controladora conforme nota 2.2 (h).

a.3) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

a.4) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

a.5) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da METISA Metalúrgica Timboense S/A, e sua controlada METISA Florestal e Energética S/A, conforme Nota 9, que adota políticas contábeis alinhadas com a controladora.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a.6) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real conforme as normas descritas na Deliberação CVM nº 640 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

Operações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

a.7) Instrumentos financeiros

a.7.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia descontinua um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem recebíveis e outras contas de ativos financeiros não derivativos. Recebíveis e outras contas são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis e outras contas abrangem clientes e outros créditos.

a.7.2 Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia são constituídos de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a.7.3 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém uma carteira de ações de empresas de capital aberto. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

a.8) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

a.9) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia tem como política manter um prazo de financiamento das contas a receber a curto prazo, justificando assim, a não necessidade de cálculo de ajuste a valor presente.

a.10) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

a.11) Ativos biológicos (consolidado)

Os ativos biológicos da controlada são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados para venda no momento do corte, sendo que sua exaustão é calculada no momento do corte da madeira. Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucaliptus e pinnus provenientes de plantios planejados e renováveis e são destinados substancialmente para comercialização com clientes localizados na região da METISA Florestal e Energética S/A. Na determinação do valor justo, foi utilizado o valor de mercado ativo, considerando sua localização e condições atuais e os preços cotados nesse mercado, conforme preconizado no CPC 29 – Ativo Biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, por ocasião de sua avaliação é reconhecido no resultado do período em que ocorrem, numa rubrica específica da demonstração do resultado, denominada “ajuste do valor justo do ativo biológico”. O aumento ou diminuição do valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos no início e no final do período avaliado.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos do início do período foi reconhecido e mantido na reservas de lucros retidos no patrimônio líquido, até sua efetiva realização financeira pelo corte da madeira, quando será transferida para lucros acumulados para destinação.

A determinação do valor justo foi realizada no exercício de 2010, sendo entendimento da administração que o ativo biológico se encontra em pleno desenvolvimento refletindo, no mínimo, os valores constantes nos registros contábeis.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a.12) Investimentos

A participação na controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

a.13) Imobilizado

a.13.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A Companhia fez a opção de utilizar o custo atribuído para valorização de determinados bens do seu ativo imobilizado em função de que esses, tais como apresentados conforme as práticas contábeis anteriores, não atendiam a alguns requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que são ativos que extrapolaram sua vida útil inicial, todavia continuam gerando benefícios econômicos futuros.

Adicionalmente, em 2010 a Companhia realizou a reavaliação da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, objetivando adequar os custos de depreciação à expectativa de obtenção de benefícios econômicos futuros com esses bens. O levantamento foi realizado mediante contratação de empresa especializada, a qual emitiu laudo técnico sobre a reavaliação.

a.13.2 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

a.13.3 Custos subsequentes

O custo de reposição ou de manutenção (reforma) de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

a.14) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

a.14.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

a.14.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

a.15) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de aquisição de veículos com instituições financeiras. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não transfere substancialmente os riscos e benefícios do ativo alugado ao arrendatário.

a.16) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

a.17) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

a.18) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possa ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

a.19) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial e outras receitas diversas. As receitas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, variação cambial, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. As despesas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos.

a.20) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às alíquotas vigentes na data da apresentação.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

a.21) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base no estatuto social e legislação aplicável, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

a.22) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio: a produção e comercialização de peças fabricadas em aço para implementos agrícolas, construção civil e outros, como divulgado na Nota 23.

a.23) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a.23.1 Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos de entrada de fluxo de caixa.

a.23.2 Derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

a.23.3 Passivos financeiros não derivativos

As contas a pagar e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos nominais.

a.24) Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração das aplicações	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Caixa e Bancos		411.554	396.604	424.823	461.995
Aplicações Financeiras em Certificados de Depósito Bancário	Vinculada à variação do CDI	204.595.012	201.481.002	205.085.738	201.986.454
		205.006.566	201.877.606	205.510.561	202.448.449

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

a.25) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se a uma carteira composta por ações classificadas como ativos financeiros que a Companhia mantém para negociação.

Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados na categoria de mensurado ao valor justo por meio do resultado. Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. Os saldos são demonstrados ao valor justo e as variações são contabilizadas no resultado.

Os títulos mantidos pela Companhia estão assim distribuídos:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Banco do Brasil (BBAS3)	383.240	-
Gerdau S.A. (GGBR4)	5.580	11.496
OGX (OGXP3)	2.700	8.100
Petrobras S.A. (PETR4)	1.165.586	2.670.560
(-) Venda de Opções - Petrobrás S.A. (PETR4)	-	(38.687)
Petrório (PRIO3)	4.900	9.240
Vale S.A. (VALE5)	864.075	1.524.939
	2.426.081	4.185.648

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a.26) Contas a receber e outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Mercado interno	19.267.242	21.104.945	19.277.657	21.112.554
Mercado externo	31.493.974	25.662.707	31.493.974	25.662.707
(-) Provisão para riscos de créditos de liquidação duvidosa	(2.378.003)	(581.588)	(2.378.003)	(581.588)
Outras contas a receber (i)	2.689.220	3.204.716	2.691.804	3.200.220
	51.072.433	49.390.780	51.085.432	49.393.893

(i) Outras contas a receber tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Adiantamento de salário e férias	1.106.639	1.057.071	1.109.223	1.060.122
Adiantamento a fornecedores	834.126	736.163	834.126	737.039
Cessões de créditos de ICMS (a)	391.213	1.096.643	391.213	1.096.643
Outros valores	357.242	314.839	357.242	306.416
	2.689.220	3.204.716	2.691.804	3.200.220

(a) Refere-se a créditos de ICMS liberados pela Fazenda Estadual e transferidos para fornecedores da Companhia.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na Nota 24.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em bases consideradas suficientes para fazer face as eventuais perdas na realização de créditos, tendo como base os títulos vencidos há mais de 90 dias no mercado interno e 180 dias no mercado externo.

a.27) Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Produtos acabados	22.240.243	17.767.800
Produtos em processo	11.924.255	8.855.360
Matérias-primas	16.757.522	18.583.110
Materiais secundários	6.552.241	6.812.964
Materiais de manutenção	2.391.004	2.725.843
Importação em andamento	410.149	190.659
Adiantamento a fornecedores	120.611	256.922
	60.396.025	55.192.658

a.28) Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
ICMS (i)	1.470.837	2.006.951
IPI	9	-
IRPJ (ii)	1.941.776	2.531.745
CSLL (ii)	653.686	982.105
PIS/COFINS	-	350.500
REINTEGRA	172.734	480.064

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Outros Tributos	8.811	8.811
	4.247.853	6.360.176

(i) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundo de aquisições de matérias primas e insumos, e não compensado em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional, pendente de liberação pela Fazenda Estadual para transferência para fornecedores da Companhia.

(ii) Refere-se à antecipações de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, calculadas com base na estimativa mensal, que superaram o valor apurado na base anual.

a.29) Outras contas a receber de longo prazo

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Depósitos judiciais (i)	1.134.349	1.653.690
Incentivos fiscais	260.013	260.013
Empréstimos compulsórios	90.255	96.895
	1.484.617	2.010.598

(i) Referem-se a depósitos para garantir a execução de demandas judiciais, de natureza cível, tributária e trabalhista, cujas provisões estão devidamente reconhecidas no passivo, assim constituídas:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Cíveis	55.221	55.221
Tributários	1.079.128	1.561.874
Trabalhistas	-	36.595
	1.134.349	1.653.690

a.30) Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

A conciliação do Imposto de Renda - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
IRPJ e CSL correntes	(7.194.810)	(7.526.323)	(7.206.839)	(7.542.601)
IRPJ e CSL diferidos	1.539.452	1.221.506	1.539.452	1.221.506

a.30.1 Impostos correntes

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (controladora e consolidado) a Companhia não apresentava prejuízos fiscais bem como base negativa de contribuição social.

a.30.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
- Sobre adições temporárias	833.003	737.352
- Sobre depreciação custo atribuído	445.007	558.622
- Sobre diferença de depreciação nova vida útil	(96.227)	(400.270)
- Sobre realização depreciação nova vida útil	357.470	317.923

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

- Sobre diferença de valor residual	199	7.879
	1.539.452	1.221.506

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições temporárias tem a seguinte composição:

Adições temporárias:	Controladora e Consolidado			
	2015		2014	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
- Provisão para perdas em Eletrobrás	361.020	361.020	387.580	387.580
- Contingências trabalhistas	170.605	170.605	222.000	222.000
- Contingências cíveis	244.168	244.168	197.972	197.972
- Comissão sobre vendas	762.134	762.134	1.121.308	1.121.308
- Provisão para devedores duvidosos	2.378.003	2.378.003	581.588	581.588
- Perdas incorridas no merc. de renda variável	-	9.766.087	-	8.345.531
Base de cálculo	3.915.930	13.682.017	2.510.448	10.855.979
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
Imposto diferido	352.434	3.420.504	225.940	2.713.995

A Administração considera que os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

a.30.3 Impostos diferidos no passivo não circulante

O imposto de renda e a contribuição social de longo prazo foram determinados pela aplicação da alíquota combinada de 34% sobre custo atribuído apurado e diferença de depreciação entre o critério fiscal e a nova vida útil, estão demonstrados conforme a seguir:

Saldo em 31/12/2014	10.790.863
(+) Diferença de depreciação nova vida útil	96.227
(+) Diferença valor residual de ativos não circulantes	(199)
(+) Transferência para o ativo de curto	(698.710)
Saldo em 31/12/2015	10.188.181

a.31) Investimentos

Abaixo demonstramos um sumário das informações da controlada e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

METISA Florestal e Energética S.A.		
	2015	2014
Capital social realizado	1.905.000	1.905.000
Patrimônio líquido	10.091.168	10.284.277
Total de ativo e passivo	10.110.926	10.305.814
Receitas líquidas de vendas	218.316	612.011
Percentual de participação		
.No capital votante	100%	100%
.No capital total	100%	100%
Resultado do exercício da controlada	(193.109)	35.464
Resultado de equivalência patrimonial contabilizada na controladora	(193.109)	35.464
Saldo do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial	10.091.168	10.284.277
Outros investimentos avaliados pelo custo	160.000	160.000

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Saldo de investimentos	10.251.168	10.444.277
------------------------	------------	------------

a.32) Imobilizado

A movimentação é demonstrada conforme a seguir:

					Controladora
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2015
Terrenos	10.309.747	-	-	-	10.309.747
Edifícios e Construções	30.055.109	-	-	-	30.055.110
Móveis e Utensílios	4.155.404	81.345	(496)	84.821	4.321.076
Veículos	1.336.694	102.775	(46.182)	-	1.393.287
Máquinas e Equipamentos	109.186.118	267.166	(1.682.196)	5.568.757	113.339.844
Imobilizações em andamento	7.235.886	9.270.220	(872)	(5.653.578)	10.851.656
Depreciações acumuladas	(88.788.244)	(7.350.231)	1.726.747	-	(94.411.729)
	73.490.714	2.371.275	(2.999)	-	75.858.991

					Consolidado
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2015
Terrenos	11.155.359	-	-	-	11.155.359
Reflorestamento	8.520.535	-	-	142.849	8.663.384
Edifícios e Construções	30.269.295	-	-	-	30.269.295
Móveis e Utensílios	4.175.020	81.345	(496)	84.821	4.340.690
Veículos	1.433.784	102.775	(46.182)	-	1.490.377
Máquinas e Equipamentos	109.249.070	267.166	(1.686.412)	5.568.757	113.398.581
Imobilizações em andamento	7.971.017	9.319.968	(872)	(5.796.427)	11.493.686
Depreciação acumulada	(89.559.929)	(7.529.148)	1.730.628	-	(95.358.449)
	83.214.151	2.242.106	(3.334)	-	85.452.923

a.33) Intangível

	Controladora e Consolidado				
	2014	Adições	Baixas	Transferências	2015
Software	750.946	39.566	-	416.512	1.207.025
Intangível em andamento	788.383	88.737	-	(416.512)	460.608
Amortização acumulada	(58.187)	(416.335)	-	-	(474.522)
	1.481.142	(288.032)	-	-	1.193.111

A depreciação e a amortização, em 31 de dezembro de 2015, da Controladora, totalizaram R\$ 7.766.566 (R\$ 6.602.445 em 31 de dezembro de 2014). Desse total, R\$ 7.114.391 (R\$ 5.980.536 em 31 de dezembro de 2014) foram reconhecidos no custo de produção e o restante diretamente no resultado do exercício.

a.34) Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

Modalidade	Encargos Financeiros	2015	2014
Ativo imobilizado	Juros de até 5,50% a.a.	-	84.801

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Capital de giro	Juros de até 5,50% a.a.	117.110.434	116.480.415
Capital de giro	Juros de até 8,00% a.a	39.987.234	39.984.175
Capital de giro	VC + juros de até 2,00% a.a	26.698.047	28.036.611
Total dos empréstimos		183.795.715	184.586.002
Circulante		(136.782.830)	(28.899.719)
Não Circulante		47.012.885	155.686.283

As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:	2015	2014
2016	-	108.673.398
2017	47.012.885	47.012.885
	47.012.885	155.686.283

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, sendo que os de capital de giro - EXIM BNDES, possuem cláusulas restritivas ao descumprimento de metas (covenants).

a.35) Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
IRPJ e CSLL	810.222	913.989	812.723	917.835
ICMS	72.210	79.697	72.210	79.697
IPI	298.095	84.273	298.095	84.273
PIS	21.582	-	21.600	161
COFINS	127.484	-	127.566	743
CPRB	111.615	-	111.615	-
IRRF	631.281	883.195	631.723	884.095
Outros tributos	16.293	14.957	16.371	15.662
	2.088.782	1.976.111	2.091.903	1.982.466

a.36) Participações de empregados

O acordo com os funcionários prevê a distribuição de até 10% do lucro após os impostos, sendo 4% fixos e 6% variáveis de acordo com as metas atingidas.

a.37) Partes Relacionadas

A remuneração da administração, bem como as operações entre a Companhia e a Partes Relacionadas foram realizadas conforme a seguir.

a.37.1 Remuneração dos administradores

A Companhia provê a seus administradores remuneração fixa e variável, que é determinada conforme estatuto e legislação societária.

Os montantes referentes à remuneração paga, ao Conselho de Administração e Diretores Estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Remuneração fixa	4.716.100	5.143.000	4.780.500	5.202.528
Remuneração variável	2.210.131	2.511.350	2.210.131	2.511.350

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos anualmente, admitida a reeleição.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a.37.2 Operações com partes relacionadas

As transações de compra de serviços e insumos são efetuadas em condições de preços e prazo equivalentes às transações efetuadas com terceiros não relacionados e podem ser resumidas como segue:

	2015	2014
- Fornecimento de Serviços		
PARTBANK S.A.	444.900	414.350
Ricardo Teixeira Mendes	243.052	226.268
Elite CCVM Ltda	13.003	20.544
- Fornecimento de produtos e insumos:		
METISA Florestal e Energética S.A.	70.778	502.676
Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda	120.458	114.975

a.38) Provisões para contingências

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas pelos assessores jurídicos da Companhia como perda provável, foram constituídas provisões. A Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentadas abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

Controladora e Consolidado		
	2015	2014
Obrigações cíveis	244.168	197.972
Obrigações tributárias (i)	1.967.335	2.450.081
Obrigações trabalhistas (ii)	170.605	222.000
	2.382.108	2.870.053

(i) Tributárias - referem-se às discussões judiciais relativas ao PIS no valor de R\$ 264.136 e INSS no valor de R\$ 1.703.199, para os quais há depósitos judiciais no montante de R\$ 1.079.128 (R\$ 1.561.874 - em 31/12/2014).

(ii) Trabalhistas - consistem em diversas matérias relacionadas a área trabalhista.

a.39) Patrimônio líquido

a.39.1 Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2015, é composto por 4.212.530 ações ordinárias e 4.924.733 ações preferenciais (4.212.530 ações ordinárias e 5.551.953 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2014), totalmente subscrito e integralizado, todas sem valor nominal. A companhia mantém em tesouraria 125.500 ações preferenciais de sua emissão (608.320 ações em 31 de dezembro de 2014).

a.39.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração, em 05 de novembro de 2015, aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,55 por ação preferencial e R\$ 0,50 por ação ordinária, para pagamento em 22 de dezembro de 2015, cujo montante foi assim determinado:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	16.587.113	19.926.637

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Reserva legal	(829.356)	(996.331)
Lucro líquido ajustado	15.757.757	18.930.306
Juros sobre o capital próprio	4.4.745.843	7.247.051
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	30,12%	38,28%

a.39.3 Reservas de lucros

- Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

- Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.

O saldo remanescente do lucro líquido, no montante de R\$ 11.011.914, será mantido em conta de reserva de lucros, para futuros investimentos e manutenção do capital de giro, conforme orçamento de capital.

Aos Acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no direito ao recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10 % (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

a.40) Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Mercado Interno	176.377.391	227.226.177	176.540.106	217.312.970
Mercado Externo	77.291.434	57.557.826	77.291.434	57.557.826
(-) Impostos sobre Vendas	(31.858.339)	(48.249.690)	(31.870.933)	(38.208.800)
	221.810.486	236.534.313	221.960.607	236.661.996

a.41) Despesas com vendas

	Controladora /Consolidado	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas variáveis de vendas	19.325.732	20.734.630
Despesas com pessoal	4.724.202	4.956.035
Despesas com propaganda e publicidade	1.236.180	1.049.114
Despesas com viagens	627.800	566.308
Provisão para devedores duvidosos	2.408.744	781.130
Outras despesas	947.907	805.124
	29.270.655	28.926.832

a.42) Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas com pessoal	4.519.744	4.664.244	4.534.945	4.677.887
Despesas com serviços de terceiros	1.621.696	1.756.931	1.627.936	1.760.471
Honorários Conselho Fiscal	329.100	301.800	329.100	301.800
Honorários dos Administradores	4.716.000	5.143.000	4.780.500	5.202.528
Participação no lucro dos empregados	899.010	1.065.681	899.010	1.065.681
Participação no lucro dos Administradores	1.864.469	2.210.131	1.864.469	2.210.131
Gastos com materiais gerais	841.211	803.212	855.527	818.549

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Outras despesas	2.338.420	2.462.272	2.395.293	2.520.634
	17.129.750	18.407.271	17.286.780	18.557.681

a.43) Resultado financeiro

Receitas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Juros de mora	771.033	734.527	771.035	734.536
Descontos	55.901	69.521	55.901	69.521
Dividendos e JSCP	100.026	341.661	101.051	341.661
Variações cambiais de exportação	16.474.535	6.550.673	16.474.535	6.550.673
Receita de títulos e valores mobiliários	1.760.293	1.066.532	1.760.293	1.066.532
Receita aplicações financeiras	22.801.930	17.305.117	22.869.079	17.348.730
Outras variações monetárias	633.570	287.278	633.570	287.278
Reversão de perdas com contas a receber	149.535	63.818	149.535	63.818
	42.746.823	26.419.127	42.814.999	26.462.749

Despesas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
IOF/ PIS/COFINS	682.214	50.819	682.214	50.819
Juros	10.008.260	7.599.371	10.008.260	7.599.500
Despesas bancárias	458.969	361.998	458.973	362.051
Descontos/deságios	131.000	77.766	131.001	77.766
Variações cambiais	16.952.134	6.921.913	16.952.134	6.921.913
Perdas com títulos e valores mobiliários	3.180.849	4.197.925	3.180.849	4.197.925
	31.413.426	19.209.792	31.413.431	19.209.974

Resultado financeiro líquido	11.333.397	7.209.335	11.401.568	7.252.775
-------------------------------------	-------------------	------------------	-------------------	------------------

a.44) Lucro líquido por ação

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

a.45) Segmentos operacionais

A Companhia atua no segmento metalúrgico, produzindo artefatos de aço para diversos usos, entre os quais se destacam peças de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, peças para máquinas e implementos agrícolas, entre os quais sobressaem os discos para uso em tais equipamentos e lâminas para corte de pedras. A Companhia, ainda, produz diversos outros artefatos, tais como talas de junção para trilhos ferroviários, pás e cavadeiras, peças para implementos rodoviários e arruelas. As instalações industriais da Companhia são extremamente versáteis e um mesmo conjunto de equipamentos pode fabricar materiais que integram "linhas de produtos" diferentes. As linhas de produtos são definidas em função de seu uso e correspondente mercado, não se constituindo em setores fabris separados e bem identificados, e para os quais se possam desenvolver demonstrações financeiras individualizadas. Em decorrência, a Companhia explora um único segmento operacional.

a.46) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a.46.1 Gerenciamento de riscos

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a.46.2 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa conforme demonstrado na nota 5.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

a.46.3 Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras é assim composto:

	Consolidado	
	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	205.510.561	202.448.449
Títulos e valores mobiliários	2.426.081	4.185.648
Contas a receber	50.771.631	46.775.261

a.46.4 Perdas por redução no valor recuperável

O contas a receber, na data das demonstrações financeiras, tem a seguinte posição por vencimento:

	Consolidado	
	2015	2014
A vencer	35.937.592	34.038.529
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	6.395.730	8.481.484
De 31 a 90 dias	1.998.083	2.973.527
De 91 a 180 dias	663.768	485.496
De 181 a 360 dias	2.497.554	486.918
Acima de 360 dias	3.278.904	309.307
	50.771.631	46.775.261

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado (Nota 20). Quando não existe

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

expectativa de recuperação de numerário, os valores creditados lançados na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” são revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

- *Risco de taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

- *Risco de mercado*

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado de matérias primas e insumos utilizadas no processo de produção, principalmente o preço do aço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques reguladores desta matéria-prima.

- *Risco de liquidez*

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (Notas 3 e 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os valores equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

- *Risco de taxa de câmbio*

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia nas contas a receber advindas de vendas ao mercado externo (Nota 5).

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a necessidade de contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

- *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

a.46.5 Instrumentos financeiros

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis estão apresentados no balanço patrimonial nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa - Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

- Títulos e valores mobiliários - Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.

- Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável.

Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros considerado valor justo de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes específicas para financiamento.

a.46.6 Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento.

a.47) Análise de sensibilidade

a.47.1 Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

a.47.2 Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras.

a.48) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

a.49) Cobertura de seguros (não auditado)

De acordo com a natureza de suas atividades e considerando as medidas preventivas adotadas em caráter permanente, a Companhia mantém seguros contratados, no valor de R\$ 34.628.031, com

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

base na característica dos bens. Esse montante de cobertura é considerado suficiente pelos Administradores da Companhia.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas neste Formulário em seu item 10.4.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Administradores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos são adequados e que sejam capazes de assegurar a confiabilidade na elaboração das Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas.

O relatório do Auditor Independente, sobre as Demonstrações Financeiras, não apontou deficiências ou recomendações no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável ao Emissor.

10.8 - Plano de Negócios

Não se aplica ao Emissor.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não se aplica ao Emissor.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não aplicável ao Emissor.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável ao Emissor.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. Descrição da Estrutura Administrativa

- DA ADMINISTRAÇÃO -

- A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva;
- O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e no máximo, por até 9 (nove) membros, efetivos e respectivos suplentes, todos Acionistas, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária;
- A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 3 (três) Diretores sem designação especial, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração. É obrigatório o provimento do cargo de Diretor Presidente;
- Os Administradores serão eleitos pelo prazo de 1 (hum) ano, podendo ser reeleitos e permanecerão em seus cargos até serem regularmente substituídos.

- DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO -

O Conselho de Administração deliberará com um quorum mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) de seus membros, exceto no caso de eleição e destituição do Diretor Presidente e das matérias consignadas nos itens VI, VII, VIII e XIII do Artigo 25º deste Estatuto, quando será necessária a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros.

Em caso de empate, o Presidente do Conselho, além de seu voto, terá o voto de desempate.

- O Presidente e o Vice-presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre seus membros, na primeira reunião do Conselho de Administração. Para eleição do Presidente e do Vice-presidente serão necessários os votos da maioria absoluta dos Conselheiros presentes. Não havendo quorum conforme disposto no Artigo 21º deste Estatuto, se fará nova reunião do Conselho no 10º (décimo) dia útil seguinte, independentemente de convocação. Persistindo a falta de quorum, será convocada Assembléia Geral dos Acionistas.

- O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões serão convocadas por escrito mediante carta, mensagem eletrônica ou fax, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, devendo a convocação especificar claramente as matérias que constarão da ordem do dia.

A reunião do Conselho de Administração será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Vice-Presidente ou por dois Conselheiros, sempre nessa ordem obrigatoriamente.

- Qualquer matéria de competência do Conselho de Administração será considerada aprovada desde que tenha obtido o voto da maioria dos Conselheiros presentes, exceção feita quando da eleição ou destituição do Diretor Presidente, para o que será necessária a aprovação de no mínimo dois terços dos conselheiros presentes.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Cada um dos Conselheiros poderá se fazer representar através de procuração, nas Reuniões do Conselho de Administração.

- Em caso de renúncia, afastamento necessário ou morte de qualquer membro do Conselho de Administração, as substituições serão sempre efetuadas pelo respectivo suplente, se houver. Não havendo suplente para proceder a substituição, a eleição será realizada pela Assembléia Geral no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que deu causa à substituição. Se a eleição do Conselho de Administração se verificou através da adoção do processo de voto múltiplo, proceder-se-á a eleição de todo o Conselho;

- Em razão do que dispõe o parágrafo segundo anterior, o suplente de um Conselheiro não poderá servir de suplente de outro, pelo que, quando da eleição a designação de suplente deverá estar perfeitamente configurada junto com o Conselheiro efetivo;

- Em qualquer caso de substituição, o substituto completará o prazo de gestão do substituído.

- Compete ao Conselho de Administração, observado o quorum de aprovação definido no Artigo 21º:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas subsidiárias integrais;

II - eleger, destituir, aceitar renúncias, substituir e fixar as atribuições dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias integrais;

III - fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias integrais, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas subsidiárias integrais, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração a qualquer tempo, pela Companhia ou suas subsidiárias integrais;

IV - convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, quando julgar conveniente e nos casos previstos em Lei, observado o disposto no artigo 14º deste Estatuto Social;

V - manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;

VI - autorizar a Diretoria da Companhia ou de suas subsidiárias integrais a:

a) contratar operações relativas a empréstimos e financiamentos de longo prazo, acima de 365 dias, que individualmente ultrapassem o valor equivalente a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

b) realizar investimentos em valores que, individualmente, ultrapassem a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

c) alienar bens do Ativo Permanente, cujo valor individual ultrapasse o equivalente a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

d) prestação de garantias em favor de terceiros, no interesse da Companhia, cujo valor individual ultrapasse o equivalente a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas.

VII - autorizar, previamente, a Diretoria da Companhia ou de suas subsidiárias integrais a contratar operações relativas a empréstimos e financiamentos de curto prazo, até 365 dias, quando, na data da assinatura de tais contratos, o nível de endividamento financeiro da Companhia a curto e a longo prazo, for igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do montante do patrimônio líquido constante do balancete da Companhia no trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

VIII - escolher e destituir Auditores Independentes da Companhia e das subsidiárias integrais, se for o caso;

IX - cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembléia Geral e zelar pelo perfeito funcionamento da Companhia e de suas subsidiárias integrais;

X - aprovar a estrutura organizacional da Companhia e de suas subsidiárias integrais, estabelecendo os respectivos organogramas de funcionamento;

XI - autorizar a aquisição das próprias ações para efeito de permanência em tesouraria, e posterior alienação, nos casos previstos em lei;

XII - aprovar as demonstrações financeiras das subsidiárias integrais e ou coligadas, bem como eleger, destituir, aceitar renúncias de seus administradores, fixando-lhes as respectivas remunerações;

XIII - aprovar aumentos de capital social dentro do limite autorizado, fixando inclusive o preço de emissão das ações e demais condições do aumento;

IX - aprovar "ad referendum" da Assembléia Geral, a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, podendo estes serem imputados aos dividendos, obedecidas as determinações legais e estatutárias.

- DA DIRETORIA -

- A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo decidir sobre a prática de todos os atos e realizar todas as operações que se relacionem com o objeto da Companhia, observadas as atribuições que o Conselho de Administração tenha estabelecido em relação a cada um dos Diretores, e que não forem de competência privativa da Assembléia Geral, ou que dependam de autorização do Conselho de Administração;

- A Diretoria se reunirá sempre que for convocada pelo Diretor Presidente, ou na sua ausência, pelo seu substituto, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos. Em caso de empate, o Presidente, além do seu, terá o voto de desempate. Os votos dissidentes constarão em ata e serão levados ao conhecimento do Conselho de Administração;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- As deliberações constarão do livro de atas de reuniões da Diretoria;
- No caso de ausência, impedimento temporário ou vacância de cargo de Diretor desde que mantido o número mínimo previsto no Artigo 19º, o substituto será escolhido pelo Conselho de Administração, dentre os Diretores remanescentes. Se a vacância resultar na diminuição do número mínimo previsto, o Conselho promoverá no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento, a eleição do substituto, que completará a gestão do substituído.

Compete:

- I - Ao Diretor Presidente:

- a) representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, receber citação inicial, transigir em ações judiciais e praticar atos no interesse da Companhia;
- b) servir de elo de ligação entre os membros da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, inclusive no recebimento e encaminhamento de documentos e correspondências de interesse da Companhia;
- c) controlar o desempenho de todas as áreas da Companhia;
- d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- e) substituir o Diretor de Relações com Investidores nas suas ausências e impedimentos;

- II - Aos Diretores sem Designação Especial:

Compete aos Diretores sem designação especial, as atribuições que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração;

- As funções inerentes a Diretor de Relações com Investidores serão atribuídas pelo Conselho de Administração a um Diretor, cabendo-lhe a representação da Companhia perante o Mercado de Valores Mobiliários, Bolsa de Valores e Comissão de Valores Mobiliários.

- A Diretoria poderá delegar formalmente a gerentes e funcionários da Companhia poderes para assumir obrigações ativas e passivas, desde que os limites de tais delegações sejam claramente definidos.

- Qualquer Diretor poderá, praticar individualmente atos de rotina perante instituições públicas e privadas.

- DO CONSELHO FISCAL -

- A Companhia terá um Conselho Fiscal, que somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de Acionistas que representem no mínimo 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto. Os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes serão eleitos pela Assembléia Geral em que for formulado o pedido de funcionamento e a sua remuneração será fixada pela Assembléia Geral que os eleger, nunca inferior à prevista em lei, aplicando-se com relação às investidas, o que dispõe o artigo 149, parágrafo único da Lei nº 6.404/76 e legislação posterior.

- O Conselho Fiscal terá as atribuições previstas em Lei e será composto de 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, Acionistas ou não, residentes no país, cujos mandatos iniciar-se-ão na Assembléia em que forem eleitos e terminarão na primeira Assembléia Geral Ordinária, após sua instalação. Na primeira reunião do Conselho Fiscal que ocorrer após sua

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

instalação, os membros escolherão, entre si, o Presidente do Conselho Fiscal, o que se fará por maioria simples dos votos dos presentes;

- Em caso de impedimento, ausência ou vacância de cargo, o suplente substituirá o seu respectivo efetivo, automaticamente;

- O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por trimestre;

- As reuniões serão convocadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis sob protocolo e por escrito pelo Presidente do Conselho Fiscal. As reuniões poderão ser convocadas por qualquer dos Conselheiros, caso o Presidente do Conselho Fiscal não convocar a reunião ordinária ou retardar por mais de 15 (quinze) dias úteis a convocação da reunião extraordinária solicitada por qualquer dos Conselheiros;

- As reuniões serão instaladas com a presença de no mínimo 3 (três) de seus membros efetivos, deliberando por maioria de votos;

- Das reuniões serão lavradas as respectivas atas e lançadas no livro de reuniões do Conselho Fiscal, encaminhando-se cópias das mesmas ao Conselho de Administração.

Não existem quaisquer tipos de mecanismos de avaliação de desempenho dos órgãos mencionados acima.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Regras, Políticas e Práticas Relativas à Assembléias Gerais

- ASSEMBLÉIAS GERAIS –

Anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, haverá uma Assembléia Geral Ordinária para:

- tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
 - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
 - eleger os Administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso;
 - aprovar a correção de expressão monetária do capital social.
- A convocação da Assembléia Geral, far-se-á mediante anúncios publicados pela imprensa, na forma da lei, e deles deverá constar, além de local, data e hora da Assembléia, a ordem do dia, e quando da reforma do Estatuto, a indicação da matéria.
- A Assembléia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Vice-Presidente ou por dois Conselheiros, sempre nesta ordem, obrigatoriamente.
- A Assembléia Geral pode ainda ser convocada pelo Conselho Fiscal ou pelos Acionistas, nas exceções legais previstas.
- A Assembléia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência por outro Conselheiro, por ele indicado. Não havendo indicação, assumirá a Presidência o Vice-Presidente do Conselho, ou na sua falta, por quem for escolhido substituto pelos Acionistas presentes, cabendo-lhes convidar 1 (um) ou mais Secretários.
- Observar-se-á quando da instalação da Assembléia Geral a ordem dos trabalhos e o quorum para as deliberações estabelecidas para o exame, discussão e aprovação das matérias previstas no edital de convocação.
- As pessoas presentes à Assembléia Geral deverão provar sua qualidade de Acionistas ou de Representantes, na forma prevista em Lei.
- Depende da aprovação de Acionistas, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social votante, deliberação em Assembléia Geral Extraordinária sobre as seguintes matérias:
- em aumento de capital social não decorrente da correção da sua expressão monetária;
 - criação de partes beneficiárias, emissão de bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações;
 - mudança do objeto da Companhia;
 - incorporação da Companhia com outras, sua fusão ou cisão;
 - dissolução da Companhia ou cessação do estado de liquidação;
 - participação em grupos de Sociedades.
- A remuneração dos Administradores será fixada por Assembléia Geral;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- Os Administradores além da remuneração a ser estabelecida anualmente pela Assembléia Geral, farão jus a uma participação de até 10% (dez por cento) dos lucros da Companhia, observadas as condições previstas em Lei;
- A verba para honorários, assim como a percentagem fixada para a participação nos lucros do exercício social, serão globais, ficando a sua distribuição entre Conselheiros e Diretores, a critério do Conselho de Administração, pela decisão da maioria de seus membros.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Regras, Políticas e Práticas Relativas ao Conselho de Administração

- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO –

O Conselho de Administração deliberará com um quorum mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) de seus membros, exceto no caso de eleição e destituição do Diretor Presidente e das matérias consignadas nos itens VI, VII, VIII e XIII do Artigo 25º deste Estatuto, quando será necessária a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros.

Em caso de empate, o Presidente do Conselho, além de seu voto, terá o voto de desempate.

O Presidente e o Vice-presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre seus membros, na primeira reunião do Conselho de Administração. Para eleição do Presidente e do Vice-presidente serão necessários os votos da maioria absoluta dos Conselheiros presentes. Não havendo quorum conforme disposto no Artigo 21º deste Estatuto, se fará nova reunião do Conselho no 10º (décimo) dia útil seguinte, independentemente de convocação. Persistindo a falta de quorum, será convocada Assembléia Geral dos Acionistas.

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões serão convocadas por escrito mediante carta, mensagem eletrônica ou fax, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, devendo a convocação especificar claramente as matérias que constarão da ordem do dia.

A reunião do Conselho de Administração será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Vice-Presidente ou por dois Conselheiros, sempre nessa ordem obrigatoriamente.

Qualquer matéria de competência do Conselho de Administração será considerada aprovada desde que tenha obtido o voto da maioria dos Conselheiros presentes, exceção feita quando da eleição ou destituição do Diretor Presidente, para o que será necessária a aprovação de no mínimo dois terços dos conselheiros presentes.

Cada um dos Conselheiros poderá se fazer representar através de procuração, nas Reuniões do Conselho de Administração.

Em caso de renúncia, afastamento necessário ou morte de qualquer membro do Conselho de Administração, as substituições serão sempre efetuadas pelo respectivo suplente, se houver. Não havendo suplente para proceder a substituição, a eleição será realizada pela Assembléia Geral no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que deu causa à substituição. Se a eleição do Conselho de Administração se verificou através da adoção do processo de voto múltiplo, proceder-

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

se-á a eleição de todo o Conselho;

Em razão do que dispõe o parágrafo segundo anterior, o suplente de um Conselheiro não poderá servir de suplente de outro, pelo que, quando da eleição a designação de suplente deverá estar perfeitamente configurada junto com o Conselheiro efetivo;

Em qualquer caso de substituição, o substituto completará o prazo de gestão do substituído.

Compete ao Conselho de Administração, observado o quorum de aprovação definido no Artigo 21º:

- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas subsidiárias integrais;
- eleger, destituir, aceitar renúncias, substituir e fixar as atribuições dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias integrais;
- fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias integrais, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas subsidiárias integrais, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração a qualquer tempo, pela Companhia ou suas subsidiárias integrais;
- convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, quando julgar conveniente e nos casos previstos em Lei, observado o disposto no artigo 14º deste Estatuto Social;
- manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- autorizar, previamente, a Diretoria da Companhia ou de suas subsidiárias integrais a contratar operações relativas a empréstimos e financiamentos de curto prazo, até 365 dias, quando, na data da assinatura de tais contratos, o nível de endividamento financeiro da Companhia a curto e a longo prazo, for igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do montante do patrimônio líquido constante do balancete da Companhia no trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;
- escolher e destituir Auditores Independentes da Companhia e das subsidiárias integrais, se for o caso;
- cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembléia Geral e zelar pelo perfeito funcionamento da Companhia e de suas subsidiárias integrais;
- aprovar a estrutura organizacional da Companhia e de suas subsidiárias integrais, estabelecendo os respectivos organogramas de funcionamento;
- autorizar a aquisição das próprias ações para efeito de permanência em tesouraria, e posterior alienação, nos casos previstos em lei;

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

- aprovar as demonstrações financeiras das subsidiárias integrais e ou coligadas, bem como eleger, destituir, aceitar renúncias de seus administradores, fixando-lhes as respectivas remunerações;
- aprovar aumentos de capital social dentro do limite autorizado, fixando inclusive o preço de emissão das ações e demais condições do aumento;
- aprovar “ad referendum” da Assembléia Geral, a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, podendo estes serem imputados aos dividendos, obedecidas as determinações legais e estatutárias.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

- DA ADMINISTRAÇÃO -

- O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e no máximo, por até 9 (nove) membros, efetivos e respectivos suplentes, todos Acionistas, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária;
- Os Administradores serão eleitos pelo prazo de 1 (hum) ano, podendo ser reeleitos e permanecerão em seus cargos até serem regularmente substituídos.
- A remuneração dos Administradores será fixada por Assembléia Geral;
 - Os Administradores além da remuneração a ser estabelecida anualmente pela Assembléia Geral, farão jus a uma participação de até 10% (dez por cento) dos lucros da Companhia, observadas as condições previstas em Lei;
 - A verba para honorários, assim como a percentagem fixada para a participação nos lucros do exercício social, serão globais, ficando a sua distribuição entre Conselheiros e Diretores, a critério do Conselho de Administração, pela decisão da maioria de seus membros.
- O Conselho de Administração deliberará com um quorum mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) de seus membros, exceto no caso de eleição e destituição do Diretor Presidente e das matérias consignadas nos itens VI, VII, VIII e XIII do Artigo 25º deste Estatuto, quando será necessária a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros.
- Em caso de empate, o Presidente do Conselho, além de seu voto, terá o voto de desempate.
- O Presidente e o Vice-presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre seus membros, na primeira reunião do Conselho de Administração. Para eleição do Presidente e do Vice-presidente serão necessários os votos da maioria absoluta dos Conselheiros presentes. Não havendo quorum conforme disposto no Artigo 21º deste Estatuto, se fará nova reunião do Conselho no 10º (décimo) dia útil seguinte, independentemente de convocação. Persistindo a falta de quorum, será convocada Assembléia Geral dos Acionistas.
- O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões serão convocadas por escrito mediante carta, mensagem eletrônica ou fax, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, devendo a convocação especificar claramente as matérias que constarão da ordem do dia.
- A reunião do Conselho de Administração será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Vice-Presidente ou por dois Conselheiros, sempre nessa ordem obrigatoriamente.
- Qualquer matéria de competência do Conselho de Administração será considerada aprovada desde que tenha obtido o voto da maioria dos Conselheiros presentes, exceção feita quando da eleição ou destituição do Diretor Presidente, para o que será necessária a aprovação de no mínimo dois terços dos conselheiros presentes.
- Cada um dos Conselheiros poderá se fazer representar através de procuração, nas Reuniões do Conselho de Administração.
- Em caso de renúncia, afastamento necessário ou morte de qualquer membro do Conselho de Administração, as substituições serão sempre efetuadas pelo respectivo suplente, se houver.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Não havendo suplente para proceder a substituição, a eleição será realizada pela Assembléia Geral no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que deu causa à substituição. Se a eleição do Conselho de Administração se verificou através da adoção do processo de voto múltiplo, proceder-se-á a eleição de todo o Conselho;

- Em razão do que dispõe o parágrafo segundo anterior, o suplente de um Conselheiro não poderá servir de suplente de outro, pelo que, quando da eleição a designação de suplente deverá estar perfeitamente configurada junto com o Conselheiro efetivo;

- Em qualquer caso de substituição, o substituto completará o prazo de gestão do substituído.

- Compete ao Conselho de Administração, observado o quorum de aprovação definido no Artigo 21º:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas subsidiárias integrais;

II - eleger, destituir, aceitar renúncias, substituir e fixar as atribuições dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias integrais;

III - fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias integrais, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas subsidiárias integrais, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração a qualquer tempo, pela Companhia ou suas subsidiárias integrais;

IV - convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, quando julgar conveniente e nos casos previstos em Lei, observado o disposto no artigo 14º deste Estatuto Social;

V - manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;

VI - autorizar a Diretoria da Companhia ou de suas subsidiárias integrais a:

a) contratar operações relativas a empréstimos e financiamentos de longo prazo, acima de 365 dias, que individualmente ultrapassem o valor equivalente a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

b) realizar investimentos em valores que, individualmente, ultrapassem a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

c) alienar bens do Ativo Permanente, cujo valor individual ultrapasse o equivalente a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

d) prestação de garantias em favor de terceiros, no interesse da Companhia, cujo valor individual ultrapasse o equivalente a 1,5% (um e meio por cento) e, acumuladamente, a 3,0% (três por cento) do montante do Patrimônio Líquido constante do balancete da Companhia, relativo ao trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas.

VII - autorizar, previamente, a Diretoria da Companhia ou de suas subsidiárias integrais a contratar operações relativas a empréstimos e financiamentos de curto

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

prazo, até 365 dias, quando, na data da assinatura de tais contratos, o nível de endividamento financeiro da Companhia a curto e a longo prazo, for igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do montante do patrimônio líquido constante do balancete da Companhia no trimestre civil imediatamente anterior às operações realizadas;

VIII - escolher e destituir Auditores Independentes da Companhia e das subsidiárias integrais, se for o caso;

IX - cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembléia Geral e zelar pelo perfeito funcionamento da Companhia e de suas subsidiárias integrais;

X - aprovar a estrutura organizacional da Companhia e de suas subsidiárias integrais, estabelecendo os respectivos organogramas de funcionamento;

XI - autorizar a aquisição das próprias ações para efeito de permanência em tesouraria, e posterior alienação, nos casos previstos em lei;

XII - aprovar as demonstrações financeiras das subsidiárias integrais e ou coligadas, bem como eleger, destituir, aceitar renúncias de seus administradores, fixando-lhes as respectivas remunerações;

XIII - aprovar aumentos de capital social dentro do limite autorizado, fixando inclusive o preço de emissão das ações e demais condições do aumento;

IX - aprovar "ad referendum" da Assembléia Geral, a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, podendo estes serem imputados aos dividendos, obedecidas as determinações legais e estatutárias.

Não há acordo de acionistas.

Não há regras explícitas sobre identificação e administração de conflitos de interesses, uma vez que não há condições que possam vir a gerar tais conflitos entre os membros do Conselho de Administração. É relevante observar que o interesse de todos os membros do Conselho é o de buscar o melhor resultado para o Emissor, sempre sob as perspectivas de curto, médio e longo prazos.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Amin Omar Massud	22/01/1940	Pertence apenas à Diretoria	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	19
028.008.028-04	Engenheiro	19 - Outros Diretores	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica		Não se aplica			
Antônio João Direne	02/08/1944	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	25
029.698.317-91	Engenheiro Elétrico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica					
Antonio Carneiro Barbosa de Souza	22/01/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	3
010.414.087-90	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica					
Richard Passagli de Miranda Borges	11/09/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	15
003.029.997-79	Advogado	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica					
Leonardo de Aquino Leite	28/04/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	9
012.291.917-39	Engenheiro de Produção	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica					
Alessandra Casagrande Angelo	05/12/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	2
806.933.939-04	Administradora de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2016	Não	0.00%
Não se aplica					
Patricia Bitelli Scholl Bocaiúva	23/04/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	17
926.318.787-87	Administradora de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica					

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Norma Suely de Souza	17/04/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	10
358.311.707-72	Advogada	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica					
Diego Paulo Fava Jacobsen	02/09/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	10
041.177.619-35	Cirurgião Dentista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2016	Não	0.00%
Não se aplica					
João Casagrande Angelo	28/01/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	2
004.980.969-55	Engenheiro Mecânico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2016	Não	0.00%
Não se aplica					
Edvaldo Casagrande Angelo Junior	29/03/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	2
004.980.989-07	Engenheiro Mecânico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28/04/2016	Não	0.00%
Não se aplica.					
Adriana Short Soares dos Santos	30/10/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	11
006.674.427-07	Advogada	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica					
Flavio Snell	16/11/1943	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	27
024.614.558-72	Engenheiro Mecânico de Produção	20 - Presidente do Conselho de Administração	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica					
Marcelo Massud	14/02/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	25
111.575.628-17	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica					

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Márcia Valéria dos Santos Rosa	11/11/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	27
746.891.187-87	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica					
Mário Luis Marques	01/08/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	15
567.391.178-53	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica					
Ricardo Teixeira Mendes	28/05/1939	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	27
008.127.228-68	Engenheiro Metalurgista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica					
Edvaldo Angelo	27/12/1947	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	28
154.761.039-53	Engenheiro Mecânico	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	28/04/2016	Não	0.00%
Diretor Presidente que acumula as áreas de vendas, tecnologia e recursos humanos. Diretor da Subsidiária Integral Metisa Florestal e Energética S.A.					
WILSON HARRISON JACOBSEN	06/03/1950	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	15
180.443.019-68	Advogado	35 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Rel. Invest.	28/04/2016	Não	0.00%
Diretor de Relações com Investidores que acumula as áreas administrativa e financeira. Diretor Superintendente da Subsidiária Integral Metisa Florestal e Energética S.A.					
Riccardo Ferruccio Gobbo	05/10/1962	Conselho Fiscal	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	2
021.625.708-58	Engenheiro Civil	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica					
Luiz Fernando Mello	24/05/1950	Conselho Fiscal	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	9

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
449.336.818-72	Engenheiro Mecânico	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica					
Ramiro Heise	09/02/1947	Conselho Fiscal	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	15
003.868.989-87	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica					
Vinicio Pedro Cemin	31/07/1950	Conselho Fiscal	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	25
076.486.509-91	Economista e Advogado	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2016	Não	0.00%
Não se aplica					
Werner Kraus	27/01/1937	Conselho Fiscal	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	15
003.762.729-53	Corretor de Seguros	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica					
Gustavo Daniel Tavares Bastos Gama	10/07/1952	Conselho Fiscal	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	13
970.754.189-04	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica					
Ditmar Kurtz	06/08/1948	Conselho Fiscal	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	15
006.188.109-00	Engenheiro Agrônomo	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2016	Sim	0.00%
Não se aplica					
Sergio Alberto Moser	07/04/1969	Conselho Fiscal	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	7
692.989.049-91	Advogado	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2016	Não	0.00%
Não se aplica					
Leopoldo Francisco Raimo	16/01/1944	Conselho Fiscal	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	2
049.384.888-68	Engenheiro Mecânico de Produção	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2016	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Não se aplica

Alexandre de Macedo Marques Filho	06/05/1972	Conselho Fiscal	28/04/2016	1 ano - até a realização da próxima AGO	2
024.440.317-17	Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	28/04/2016	Não	0.00%
Não se aplica.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Amin Omar Massud - 028.008.028-04

Diretor sem designação com atribuições nas áreas de produção, planejamento e suprimento da METISA Metalúrgica Timboense S.A. - período: 1998 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Antônio João Direne - 029.698.317-91

Diretor da Partbank S.A. - empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Antonio Carneiro Barbosa de Souza - 010.414.087-90

Elite CCVM Ltda. - período 2000 até a presente data. Responsável pela administração e controle de carteiras administrativas, clubes e fundos de investimento.

CPF Factoring - período 1996 à 2000. Gerente, atuou no controle e gerenciamento da carteira de crédito de clientes de pequeno e médio porte.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Richard Passagli de Miranda Borges - 003.029.997-79

Advogado com atuação na área cível, fiscal, administrativa e criminal, atuando nos últimos cinco anos nas empresas Elite CCVM Ltda., Ultragaz S.A., GLJ Hotéis Ltda., Treu S.A., Elite Assessoria e Consultoria Ltda., Massa Falida de Indacol EPI Ltda., Facs Negócios e Serviços Ltda., Flanel Administração e Participações Ltda..

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Leonardo de Aquino Leite - 012.291.917-39

Diretor de Operações da Elite CCVM Ltda. - período 2008 até a presente data.

Gerente Operacional da empresa Indacol EPI Ltda. - período 1993 à 1997.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Alessandra Casagrande Angelo - 806.933.939-04

Sócia Administradora da empresa Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda. - período: 1998 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Patricia Bitelli Scholl Bocaiúva - 926.318.787-87

Analista do departamento técnico da Partbank S.A. - empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas - período: 1996 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Norma Suely de Souza - 358.311.707-72

Advogada, atuando desde 1985 nas empresas Elite CCVM Ltda., GLJ Hotéis Ltda., Facs Negócios e Serviços Ltda. e Partbank S.A..

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Diego Paulo Fava Jacobsen - 041.177.619-35

Graduado em Odontologia e Especialista em Radiologia e Imaginologia Odontológica pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Sócio da Cendo Documentação e Radiologia Craniofacial.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

João Casagrande Angelo - 004.980.969-55

Sócio Administrador da empresa Engetubos Industrial de Tubos Ltda. - período 2004 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Edvaldo Casagrande Angelo Junior - 004.980.989-07

PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.

Engenheiro de equipamentos plano. Função: coordenador do escritório de projetos.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Adriana Short Soares dos Santos - 006.674.427-07

Banco Liberal S.A. - Assessora do Superintendente Financeiro no que tange ao controle de gestão de recursos de tesouraria - período: 1991 à 1994.

Banco Nacional S.A. - Atuou na área de cobrança de créditos, fazendo o acompanhamento de processos junto a escritórios terceirizados - período 1994 à 1995.

Cleversos Advogados Associados - Atuou na esfera do Direito Comercial, principalmente em cobranças - período 1995 à 1996.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Flavio Snell - 024.614.558-72

Diretor Presidente da Partbank S.A. - empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas.

Presidente do Conselho de Administração da METISA Metalúrgica Timboense S.A.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Marcelo Massud - 111.575.628-17

GLJ Hotéis Ltda - Assessor da Diretoria, desde 1994. A empresa possui e explora hotel com instalações na Ilha de Itacuruçá, no litoral do Rio de Janeiro.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Márcia Valéria dos Santos Rosa - 746.891.187-87

Partbank S.A. - empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas. Gerente do departamento técnico - período: 1990 à 2004.

Elite CCVM Ltda. - Consultora para assuntos relacionados ao mercado de capitais - período: 2004 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Mário Luis Marques - 567.391.178-53

Caraíbas S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio - Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração. Atividade da empresa: criação de gado bovino para corte.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Ricardo Teixeira Mendes - 008.127.228-68

Diretor Vice-Presidente da Partbank S.A. - empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas.

Entre os diversos serviços de consultoria prestados nos últimos 5 anos, destacam-se: Metal Data II Geologia e Mineração Ltda., Metal Data S.A., Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos - SICETEL, Associação Brasileira de Fundição - ABIFA, METISA Metalúrgica Timboense S.A..

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Edvaldo Angelo - 154.761.039-53

Diretor Presidente da METISA Metalúrgica Timboense S.A. - período: abril/1989 até a presente data.

Vice Presidente do Conselho de Administração da METISA Metalúrgica Timboense S.A.

Conselheiro da Mueller Eletrodomésticos S.A., empresa fabricante de máquinas de lavar roupa, fogões e motores elétricos - período: 2005 à abril/2014.

Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Timbó - SIMMET.

Diretor da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

WILSON HARRISON JACOBSEN - 180.443.019-68

Diretor de Relações com Investidores da METISA Metalúrgica Timboense S.A.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Riccardo Ferruccio Gobbo - 021.625.708-58

FIRPAVI Construtora e Pavimentadora S.A. - Diretor Industrial no período de 1994 à 2001;
Incorporação e Construção de Condomínios Residenciais no período de 2002 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Luiz Fernando Mello - 449.336.818-72

Auto Posto Nardal - Sócio Administrador de auto posto de combustível - período: 2003 à 2008.

Faculdade de Economia e Administração da USP - Professor no curso de extensão em administração (MBA) em logística, cabendo-lhe ministrar aulas sobre a interação entre logística e a engenharia de produto nas empresas. Atividade desenvolvida durante o ano de 2006.

Caraibas S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio - Membro do Conselho de Administração - período: 2009 até a presente data. Atividade da empresa: consultor - presta assessoria técnico-operacional, envolvendo questões relativas à operação e manutenção dos equipamentos mecânicos e relativas à operação da fazenda - conservação do patrimônio, manejo do gado e administração - período: 2008 até a presente data.

Cafenoel - Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de São Manuel - Membro do Conselho Fiscal - período: maio/2009 até a presente data.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Ramiro Heise - 003.868.989-87

Heise & Dobner Advogados Associados - Sócio

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Vinício Pedro Cemin - 076.486.509-91

ESCOPEL Contabilidade Ltda.

RABER Indústria e Comércio de Polímeros Ltda.

CEMIN Consultoria e Projetos Econômicos Ltda.

ENERMECO Ltda.

Exerceu cargo de administrador, diretor, procurador e em determinadas situações, como responsável técnico profissional.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Werner Kraus - 003.762.729-53

WK Corretora de Seguros Ltda. - Sócio

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Gustavo Daniel Tavares Bastos Gama - 970.754.189-04

Escritório de advocacia próprio, especialista em direito empresarial e mestre em saúde e meio-ambiente.

Professor do curso de graduação e pós graduação da Universidade da Região de Joinville - UNIVILE.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;

- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;

- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

Ditmar Kurtz - 006.188.109-00

Engenheiro agrônomo da EPAGRI - período: 1966 à 1999. Atualmente aposentado.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
 - Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
 - Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;
-

Sergio Alberto Moser - 692.989.049-91

Escritório de advocacia próprio, especialista na área notarial e registral.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
 - Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
 - Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;
-

Leopoldo Francisco Raimo - 049.384.888-68

Consultor da empresa GTS Brasil Consultores Associados - período: 2010 até a presente data.

Sócio Diretor da empresa FGT Representação e Consultoria em Informática - período: 1986 à 2010.

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
 - Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
 - Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;
-

Alexandre de Macedo Marques Filho - 024.440.317-17

Elite CCVM - analista de investimentos, responsável pelo Departamento Técnico na filial de São Paulo (2007 até a presente data).

- Não sofreu qualquer condenação criminal;
- Não sofreu condenação em processo administrativo da CVM;
- Não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial;

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica ao Emissor

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

Marcelo Massud Membro Efetivo do Conselho de Administração	111.575.628-17	Metisa Metalúrgica Timboense S.A.	86.375.425/0001-09	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	-----------------------------------	--------------------	--

Pessoa relacionada

Flavio Snell Presidente do Conselho de Administração	024.614.558-72	Metisa Metalúrgica Timboense S.A.	86.375.425/0001-09	
---	----------------	-----------------------------------	--------------------	--

Observação

O Conselheiro Marcelo Massud é sobrinho do Presidente do Conselho de Administração, Flavio Snell.

Administrador do emissor ou controlada

Alessandra Casagrande Angelo Membro Efetivo do Conselho de Administração	806.933.939-04	Metisa Metalúrgica Timboense S.A.	86.375.425/0001-09	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	-----------------------------------	--------------------	--

Pessoa relacionada

Edvaldo Angelo Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração	154.761.039-53	Metisa Metalúrgica Timboense S.A.	86.375.425/0001-09	
---	----------------	-----------------------------------	--------------------	--

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2014			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Edvaldo Angelo Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração	154.761.039-53	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Metisa Florestal e Energética S.A. Diretor	75.775.676/0001-56		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON HARRISON JACOBSEN Diretor de Relações com Investidores e Membro Efetivo do Conselho de Administração	180.443.019-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Metisa Florestal e Energética S.A. Diretor Superintendente	75.775.676/0001-56		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Flavio Snell Presidente do Conselho de Administração	024.614.558-72	Prestação de serviço	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Partbank S.A. Diretor Presidente	29.557.386/0001-19		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Ricardo Teixeira Mendes Membro Efetivo do Conselho de Administração	008.127.228-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Partbank S.A. Diretor Vice-Presidente	29.557.386/0001-19		
Observação			

Administrador do Emissor Ricardo Teixeira Mendes Membro Efetivo do Conselho de Administração	008.127.228-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Ricardo Teixeira Mendes	008.127.228-68		
Presta serviços de assessoria à Diretoria do Emissor na análise de novos negócios, análise de cunho mercadológico sobre produtos de interesse do Emissor, coordenação de estudos de apoio dos interesses da Companhia junto ao Governo em suas esferas administrativas e coordenação de processos técnico-administrativos a serem apresentados à órgãos oficiais.			
Observação			

Administrador do Emissor Márcia Valéria dos Santos Rosa Membro Efetivo do Conselho de Administração	746.891.187-87	Prestação de serviço	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Partbank S.A. Gerente do Departamento Técnico	29.557.386/0001-19		
Observação			

Administrador do Emissor Mário Luis Marques Membro Efetivo do Conselho de Administração	567.391.178-53	Subordinação	Controlador Indireto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Caraíbas S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio Diretor	01.456.243/0001-00		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Fernando Mello Membro Efetivo do Conselho Fiscal	449.336.818-72	Prestação de serviço	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Caraíbas S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio Presta Serviço de Consultoria	01.456.243/0001-00		
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não se aplica ao Emissor.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Não se aplica.

12.13 - Outras informações relevantes

As Assembléias realizadas nos últimos 3 anos foram instaladas em primeira convocação com o seguinte quórum:

AGO	28.04.2016	99,63% ordinárias	60,97% preferenciais
AGO/E	28.04.2015	99,38% ordinárias	30,90% preferenciais
AGO	25.04.2014	99,35% ordinárias	40,39% preferenciais

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A prática da Companhia objetiva oferecer a seus Administradores uma remuneração equivalente a praticada no mercado, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado a suas funções, e sua competência e reputação profissional.

a) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos da remuneração são: honorários fixos dentro do limite máximo, definido pela Assembléia Geral Ordinária que no caso do emissor está proposto, em no máximo até 2,5% da Receita Bruta Operacional, aprovados anualmente, e posteriormente, fixados individualmente, pelo Conselho de Administração a cada membro; remuneração variável - participação nos lucros, dependendo do resultado do exercício, limitado, segundo o Estatuto Social da Companhia e conforme o Artigo 152º da Lei Nº 6.404/1976, a 10% do Lucro Líquido.

A Companhia, em decorrência destes critérios de remuneração, objetiva a retribuição pelos serviços prestados levando em consideração as responsabilidades do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado e o reconhecimento pelos resultados atingidos.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	<u>2013 (%)</u>	<u>2014 (%)</u>	<u>2015 (%)</u>
Honorários	67,0	67,2	68,1
Participação nos Lucros	33,0	32,8	32,0

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os honorários individuais são definidos anualmente pelo Conselho de Administração e são baseados em práticas de mercado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração da Companhia para seus Administradores, conforme já assinalado, é baseada em práticas de mercado e em consonância com os objetivos da Companhia.

b) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O indicador de desempenho levado em consideração na determinação da remuneração variável dos Administradores é o Lucro Líquido do exercício.

c) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração dos Administradores é dividida entre uma parte fixa, correspondente ao Pro Labore e uma parcela variável proporcional ao Lucro Líquido obtido. A maior ou menor participação da remuneração variável, observado o limite legal, reflete o indicador de desempenho da Administração do emissor – o Lucro Líquido, objetivo final de uma sociedade de caráter empresarial.

d) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política da Companhia leva em consideração, conforme já mencionado, as responsabilidades de cada Administrador, o tempo dedicado a suas funções, sua competência e reputação profissional, remuneração de seus serviços no mercado e os interesses dos Acionistas do emissor.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**e) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladoras diretos ou indiretos**

Uma subsidiária integral da Companhia remunera a título de honorários fixos, 2 (dois) Diretores do emissor. Os valores da remuneração representaram no exercício de 2015 um total de R\$ 64.400,00.

f) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não aplicável ao Emissor.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	5,00	17,00
Nº de membros remunerados	9,00	3,00	5,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.735.860,00	2.263.100,00	348.740,00	5.347.700,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	547.172,00	452.620,00	69.748,00	1.069.540,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - Contribuição à Previdência Social	INSS - Contribuição à Previdência Social	INSS - Contribuição à Previdência Social	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	960.201,62	904.267,53	0,00	1.864.469,15
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	192.040,32	180.853,51	0,00	372.893,83
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS - Contribuição à Previdência Social	INSS - Contribuição à Previdência Social		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.435.273,94	3.800.841,04	418.488,00	8.654.602,98

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	5,00	17,00
Nº de membros remunerados	9,00	3,00	5,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.581.000,00	2.135.000,00	329.000,00	5.045.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	516.200,00	427.000,00	65.800,00	1.009.000,00

Descrição de outras remunerações fixas	INSS - Contribuição à Previdência Social	INSS - Contribuição à Previdência Social	INSS - Contribuição à Previdência Social	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	1.138.000,00	1.072.000,00	0,00	2.210.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	228.000,00	214.000,00	0,00	442.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS - Contribuição à Previdência Social	INSS - Contribuição à Previdência Social		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.463.200,00	3.848.000,00	394.800,00	8.706.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	5,00	17,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.013.000,00	2.130.000,00	302.000,00	5.445.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	602.000,00	426.000,00	60.000,00	1.088.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - Contribuição à Previdência Social	INSS - Contribuição à Previdência Social	INSS - Contribuição à Previdência Social	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	1.293.000,00	1.218.000,00	0,00	2.511.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	258.000,00	244.000,00	0,00	502.000,00

Descrição de outras remunerações variáveis	INSS - Contribuição à Previdência Social	INSS - Contribuição à Previdência Social		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	5.166.000,00	4.018.000,00	362.000,00	9.546.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	5,00	17,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.014.000,00	1.996.500,00	279.400,00	5.289.900,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	602.800,00	399.300,00	55.880,00	1.057.980,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	1.293.345,44	1.218.004,93	0,00	2.511.350,37
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	258.669,09	243.600,98	0,00	502.270,07
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS Contribuição à Previdência Social	INSS Contribuição à Previdência Social		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	5.168.814,53	3.857.405,91	335.280,00	9.361.500,44

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A remuneração variável se constitui unicamente em 10% do lucro líquido, excluído o resultado da equivalência patrimonial e a própria participação dos administradores. Desse procedimento decorre que: (i) não há bônus; (ii) não há uma participação de resultado mínima e nem máxima; (iii) não há um valor determinado previsto no plano de remuneração. Conhecido o resultado do exercício, a participação dos administradores é calculada e distribuída entre Diretores e membros do Conselho de Administração pelo Conselho de Administração.

A remuneração variável paga nos últimos 3 anos é a seguinte:

ÓRGÃO	2016 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	960 (1)	904 (1)	(2)	1.864
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	(1)	(1)	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	960	904	-	1.864

ÓRGÃO	2015 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	1.138	1.072	(1)	2.210
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.138	1.072	-	2.210

ÓRGÃO	2014 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	1.283	1.184	(1)	2.467
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.283	1.184	-	2.467

Observações:

1) os membros do Conselho Fiscal não recebem remuneração variável.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não se aplica, pois o Emissor não tem plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica ao Emissor.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não se aplica, pois não há outorga de opções de compra aos Administradores.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica, pois não há remuneração dos Administradores mediante cessão de ações e/ou outorga de opções de compra.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não se aplica ao Emissor.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

A quantidade de ações detidas por membros da administração e conselho fiscal, em 28 de abril de 2016 é a seguinte:

Órgão	Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Conselho de Administração	4.184.933	1.628.381	5.813.314
Diretoria (1)	659	12.699	13.358
Conselho Fiscal	001	000	001
Total	4.185.593	1.641.080	5.826.673

⁽¹⁾ As ações de propriedade direta e indireta dos diretores que também são membros do Conselho de Administração foi contada no órgão Conselho de Administração.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não se aplica ao Emissor.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	9,00	9,00	9,00	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	3,00	0,00	0,00	9,00	0,00	0,00	5,00	5,00	56.000,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.402.000,00	1.451.000,00	1.380.000,00	1.743.000,00	1.881.000,00	1.848.000,00	66.000,00	60.000,00	56.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	724.000,00	764.000,00	741.000,00	196.000,00	206.000,00	202.000,00	66.000,00	60.000,00	56.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.069.000,00	1.116.000,00	1.060.000,00	413.000,00	478.000,00	477.000,00	66.000,00	60.000,00	56.000,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há arranjos nem instrumentos que proporcionem remuneração aos Administradores após terem deixado seus cargos, que não os decorrentes de aposentadoria. Não há, pois, consequências financeiras para o Emissor derivadas de tais arranjos e instrumentos.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

A participação dos Administradores relacionados ao controlador na remuneração total de cada órgão, expressa em porcentagem desses totais foi a seguinte:

Órgão	Exercício		
	2013	2014	2015
Diretoria	23,31	22,82	22,58
Conselho de Administração	78,00	78,82	87,67
Conselho Fiscal	60,0	60,0	60,0

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Há a registrar remunerações por serviços de consultoria:

Órgão	R\$		
	2013	2014	2015
Diretoria	zero	zero	zero
Conselho de Administração	211.792	226.268	243.052
Conselho Fiscal	Zero	Zero	Zero
Total	211.792	226.268	243.052

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

ÓRGÃO	2013 (Em R\$)	2014 (Em R\$)	2015 (Em R\$)
Conselho de Administração	-	-	-
Diretoria Estatutária	55.384	59.528	64.400
Conselho Fiscal	-	-	-

Observação: Refere-se a remuneração anual de dois Diretores do emissor que prestam serviços na Subsidiária Integral METISA Florestal e Energética S.A.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

A empresa possuía em data de 31 de dezembro de 2015, em seu quadro, um total de 994 funcionários, conforme discriminado abaixo, oriundos da sede do Emissor e municípios vizinhos (Rio dos Cedros, Benedito Novo, Ascurra, Rodeio e Indaial).

Nº Funcionários	2013	2014	2015
Administrativos	96	91	87
Indiretos	256	245	234
Produção	717	729	673

Atuam na empresa 35 funcionários terceirizados em atividades de alimentação, segurança patrimonial e construção civil.

Em 2015, foi registrado o índice de 1,74% de rotatividade.

A METISA cumpre com a legislação trabalhista, mesmo assim conta com a média de 10 reclamatórias por ano, cujos processos são favoráveis à empresa em torno de 50%.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Nº Funcionários	2013	2014	2015
Admitidos	245	215	130
Demitidos/Aposentados	258	220	201

As variações ocorridas no quadro de funcionários do Emissor, objetivam adequar o número necessário ao desenvolvimento de suas atividades administrativas, comerciais e de produção.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Com relação à remuneração, a METISA aplica a política de mercado da região onde se localiza a Companhia, além de oferecer Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

A empresa também, oferece outros benefícios a seus funcionários, sendo os principais: refeição; cesta de alimentos; transporte, atendimento médico e odontológico; associação atlética; financiamento para tratamento de saúde e para construção e reforma da casa própria e uniformes.

O Emissor não possui planos de remuneração baseados em ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A relação entre o Emissor e o Sindicato da categoria são satisfatórias.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Edvaldo Angelo						
154.761.039-53	Brasileira-SC	Não	Não	28/04/2016		
Não						
	405.308	9,610000%	334.083	6,780000%	739.391	8,090000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Cia. Industrial H. Carlos Schneider						
84.709.955/0001-02	Brasileira-SC	Não	Não	28/04/2016		
Não						
	0	0,000000%	317.720	6,450000%	317.720	3,480000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
D' Angelo Participações Ltda						
79.373.700/0001-81	Brasileira-SC	Não	Não	28/04/2015		
Não						
	1.034.056	24,550000%	25.180	0,500000%	1.059.236	11,590000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Partbank S.A.						
29.557.386/0001-19	Brasileira-RJ	Não	Sim	28/04/2016		
Não						
1.000.209	23,740000%	23.900	0,490000%	1.024.109	11,210000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Flavio Snell						
024.614.558-72	Brasileira-RJ	Não	Sim	28/04/2016		
Não						
1.547.825	36,740000%	967.559	19,650000%	2.515.384	27,530000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
225.132	5,360000%	3.130.791	63,580000%	3.355.923	36,730000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 28/04/2015						
0	0,000000%	125.500	2,550000%	125.500	1,370000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
TOTAL						
4.212.530	100,000000%	4.924.733	100,000000%	9.137.263	100,000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
D' Angelo Participações Ltda				79.373.700/0001-81	
Alessandra Casagrande Angelo					
806.933.939-04	Brasileira-SC	Não	Não		
Não					
20	0,100000	0	0,000000	20	0,100000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Edvaldo Angelo					
154.761.039-53	Brasileira-SC	Não	Não		
Não					
19.560	97,800000	0	0,000000	19.560	97,800000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
20.000	100,000000	0	0,000000	20.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
D' Angelo Participações Ltda				79.373.700/0001-81	
Zuleide Casagrande Angelo					
601.487.059-87	Brasileira-SC	Não	Não		
Não					
420	2,100000	0	0,000000	420	2,100000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Partbank S.A.				29.557.386/0001-19	
Flavio Snell					
024.614.558-72	Brasileira-RJ	Não	Sim		
Não					
16.257.318	50,800000	0	0,000000	16.257.318	50,800000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
15.742.682	49,200000	0	0,000000	15.742.682	49,200000
TOTAL					
32.000.000	100,000000	0	0,000000	32.000.000	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2016
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	19
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	6
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	7

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	26.278	0,620000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	3.140.433	63,770000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	3.166.711	40,390000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

O Grupo Econômico Controlador

O Emissor é controlado direta e indiretamente por Flavio Snell, que detém 60,4% das ações ordinárias, das quais 36,7% diretamente e 23,7% indiretamente, através de sua controlada – Partbank S.A. O Emissor se insere em um Grupo Econômico formado por um conjunto de empresas que tem como controlador Flavio Snell.

Controladas e Coligadas

O Grupo é formado pelas empresas Elite Assessoria e Consultoria Ltda., Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda., Flanel Administração e Participação Ltda., Facs Negócios e Serviços S/C Ltda., Partbank S.A., METISA Metalúrgica Timboense S.A., METISA Florestal e Energética S.A., Caraíbas Agropecuária Indústria e Comércio S.A. e GLJ Hotéis Ltda.

Participações do Emissor em Sociedades do Grupo

O Emissor, METISA Metalúrgica Timboense S.A., detém 100% das ações de METISA Florestal e Energética S.A.

Participação de Sociedades do Grupo no Emissor

Flavio Snell é proprietário de 36,7% e Partbank de 23,7% das ações ordinárias emitidas por METISA Metalúrgica Timboense S.A.

Sociedades sob Controle Comum

As sociedades sob controle comum são as citadas anteriormente, no item 8.1.b, sob o título de controladas e coligadas.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há acordo de acionistas em vigor.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações relevantes nas participações do grupo controlador e nas dos Administradores do Emissor nos últimos 3 exercícios sociais.

15.7 - Principais operações societárias

Não se aplica ao Emissor.

15.8 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

	R\$		
	2013	2014	2015
Fornecedores de Serviços	624.715,00	661.162,00	700.955,00
Fornecedores de Insumos	466.963,00	617.651,00	191.236,00

As transações de compra de serviços e insumos são efetuadas em condições de preços e prazo equivalentes às transações efetuadas com terceiros não relacionados.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Partbank S.A.	11/03/2015	444.900,00	152.800,00	Não se aplica	02.05.2015 à 30.04.2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O controlador da METISA Metalúrgica Timboense S.A. - Flavio Snell é Diretor Presidente da Partbank S.A.						
Objeto contrato	Prestação de Serviços (-) Acompanhamento e análise do comércio exterior brasileiro relativo a mercadorias de interesse da Metisa. (-) Análise mensal dos relatórios gerenciais da Contratante e preparação do correspondente relatório sintético. (-) Análise de mercado dos produtos em fabricação e a serem fabricados compreendendo avaliação de volumes, preços e práticas usuais de comercialização. (-) Análise crítica dos custos variáveis de produção, a partir de dados primários fornecidos pela Contratante. (-) Análise do impacto de investimentos nos custos fixos e nas despesas. (-) Análise de investimentos sob o aspecto econômico-financeiro com vistas a verificação de sua viabilidade. (-) Desenvolvimento de engenharia financeira necessária para realização de projetos.						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Aviso prévio						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Metisa Florestal e Energética S.A.	31/12/2015	70.778,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária Integral						
Objeto contrato	Fornecimento de madeira						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Elite CCVM Ltda	31/12/2015	13.003,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O controlador da METISA - Flavio Snell é sócio da Elite CCVM Ltda						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Prestação de Serviço - Corretagem						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Partbank S.A.	14/03/2014	414.350,00	142.000,00	Não se aplica	02.05.2014 à 30.04.2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O controlador da METISA Metalúrgica Timboense S.A. - Flavio Snell é Diretor Presidente da Partbank S.A.						
Objeto contrato	Prestação de Serviços (-) Acompanhamento e análise do comércio exterior brasileiro relativo a mercadorias de interesse da Metisa. (-) Análise mensal dos relatórios gerenciais da Contratante e preparação do correspondente relatório sintético. (-) Análise de mercado dos produtos em fabricação e a serem fabricados compreendendo avaliação de volumes, preços e práticas usuais de comercialização. (-) Análise crítica dos custos variáveis de produção, a partir de dados primários fornecidos pela Contratante. (-) Análise do impacto de investimentos nos custos fixos e nas despesas. (-) Análise de investimentos sob o aspecto econômico-financeiro com vistas a verificação de sua viabilidade. (-) Desenvolvimento de engenharia financeira necessária para realização de projetos.						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Aviso prévio						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Metisa Florestal e Energética S.A.	31/12/2014	502.676,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária Integral						
Objeto contrato	Fornecimento de madeira						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Elite CCVM Ltda	31/12/2014	20.544,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O controlador da METISA - Flavio Snell é sócio da Elite CCVM Ltda						
Objeto contrato	Prestação de Serviço - Corretagem						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda	31/12/2014	114.975,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Diretor Presidente da METISA - Edvaldo Angelo é Sócio Controlador da Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda						
Objeto contrato	Fornecimento de Insumos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Ricardo Teixeira Mendes	14/03/2014	226.268,00	77.536,00	Não se aplica	02.05.2014 à 30.04.2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Membro Efetivo do Conselho de Administração						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Prestação de Serviços - Assessoria à Diretoria Estatutária						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Aviso prévio						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Metisa Florestal e Energética S.A.	31/12/2013	409.494,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária Integral						
Objeto contrato	Fornecimento de madeira						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Elite CCVM Ltda	31/12/2013	25.133,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O controlador da METISA - Flavio Snell é sócio da Elite CCVM Ltda						
Objeto contrato	Prestação de Serviço - Corretagem						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda	31/12/2013	57.469,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Diretor Presidente da METISA - Edvaldo Angelo é sócio controlador da Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda						
Objeto contrato	Fornecimento de insumos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Ricardo Teixeira Mendes	19/04/2013	211.792,00	72.464,00	Não se aplica	02.05.2013 à 30.04.2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Membro do Conselho de Administração						
Objeto contrato	Prestação de Serviços - Assessoria à Diretoria Estatutária						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Partbank S.A.	19/04/2013	387.900,00	132.680,00	Não se aplica	02.05.2013 à 30.04.2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O controlador da METISA - Flavio Snell é Diretor Presidente da Partbank S.A.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Prestação de Serviços (-) Acompanhamento e análise do comércio exterior brasileiro relativo a mercadorias de interesse da Metisa. (-) Análise mensal dos relatórios gerenciais da Contratante e preparação do correspondente relatório sintético. (-) Análise de mercado dos produtos em fabricação e a serem fabricados compreendendo avaliação de volumes, preços e práticas usuais de comercialização. (-) Análise crítica dos custos variáveis de produção, a partir de dados primários fornecidos pela Contratante. (-) Análise do impacto de investimentos nos custos fixos e nas despesas. (-) Análise de investimentos sob o aspecto econômico-financeiro com vistas a verificação de sua viabilidade. (-) Desenvolvimento de engenharia financeira necessária para realização de projetos.						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda	31/12/2015	120.458,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Diretor Presidente da METISA - Edvaldo Angelo é Sócio Controlador da Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda						
Objeto contrato	Fornecimento de Insumos						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Ricardo Teixeira Mendes	11/03/2015	243.052,00	83.504,00	Não se aplica	02.05.2015 à 30.04.2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Membro Efetivo do Conselho de Administração						
Objeto contrato	Prestação de Serviços - Assessoria à Diretoria Estatutária						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
.....							
Posição contratual do emissor							
.....							
Especificar							
.....							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Não se aplica ao Emissor.

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
28/04/2015	100.000.000,00		4.212.530	4.924.733	9.137.263
Tipo de capital	Capital Integralizado				
20/04/2010	100.000.000,00		4.212.530	5.551.953	9.764.483

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/04/2010	Assembléia Geral de Acionistas	20/04/2010	45.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica ao Emissor

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica ao Emissor

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Do lucro líquido, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei Nº 6.404/1976 e legislação posterior, será destinado 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos Acionistas, na proporção do número de ações que cada um possuir no Emissor. Os juros sobre capital próprio, aprovados pelo Emissor em cada exercício social, poderão ser imputados aos dividendos obrigatórios.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Do lucro líquido, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei Nº 6.404/1976 e legislação posterior, será destinado 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos Acionistas, na proporção do número de ações que cada um possuir no Emissor. Os juros sobre capital próprio, aprovados pelo Emissor em cada exercício social, poderão ser imputados aos dividendos obrigatórios. As ações preferenciais terão as seguintes características: I - não resgatáveis; II - ausência do direito de voto, excetuados os casos previstos em Lei; III - dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária; IV - participação em igualdade de condições com as ações ordinárias em capitalizações de quaisquer fundos ou reservas e em atribuições de quaisquer outras vantagens.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não se aplica ao Emissor.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não se aplica ao Emissor.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2015**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
31/03/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.585.634	13,97	10,20	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	20.000	20,00	20,00	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.195.746	10,94	9,71	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	100	20,00	20,00	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.853.585	10,51	9,00	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.000	20,00	20,00	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	832.022	11,00	8,21	R\$ por Unidade	0,00

Exercício social 31/12/2014

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
31/03/2014	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.628.453	17,74	17,60	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2014	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.864.768	17,20	16,13	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2014	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.055.442	15,80	15,05	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2014	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.931.647	15,03	13,75	R\$ por Unidade	0,00

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2013

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
31/03/2013	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.855.311	24,50	20,69	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2013	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	101.100	24,00	19,00	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2013	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.012.487	20,50	18,33	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2013	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.592.755	20,11	17,00	R\$ por Unidade	0,00

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica ao Emissor

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

BM&FBovespa Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não se aplica ao Emissor.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica ao Emissor

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não se aplica ao Emissor.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não se aplica ao Emissor.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não se aplica ao Emissor.

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
29/05/2014	29/05/2014 à 29/05/2015	0,00	Preferencial		240.000	5,500000	224.500	12,55	R\$ por Unidade	93,540000
27/09/2013	27/09/2013 à 27/09/2014	0,00	Preferencial		240.000	5,500000	240.000	17,87	R\$ por Unidade	100,000000
19/04/2013	19/04/2013 à 19/04/2014	0,00	Preferencial		240.000	5,500000	240.000	18,55	R\$ por Unidade	100,000000
17/04/2012	17/04/2012 à 17/04/2013	0,00	Preferencial		250.000	5,500000	28.600	20,74	R\$ por Unidade	11,440000

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2015****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial			R\$ por Unidade

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	608.320	
Quantidade adquirida	144.400	12,42
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	627.220	
Quantidade final	125.500	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000023%	

Exercício social 31/12/2014**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial			R\$ por Unidade

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	503.320	
Quantidade adquirida	105.000	15,08
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	608.320	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000023%	

Exercício social 31/12/2013**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial			R\$ por Unidade

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	20.720	
Quantidade adquirida	482.600	18,25
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	503.320
<hr/>	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000069%

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações julgadas relevantes.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica ao Emissor

20.2 - Outras informações relevantes

Não se aplica, pois até o momento o Emissor não possui uma Política de Negociação de Ações .

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

- POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES -

INSTRUÇÃO CVM Nº358 DE 03 DE JANEIRO DE 2002

1. INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo explicitar a política da METISA a respeito da divulgação de fatos e/ou atos relevantes, relacionados aos seus negócios, visando oferecer ao mercado completa transparência. A presente política de divulgação abrange, não só os atos e fatos relevantes, conforme a definição do art. 2º da Instrução CVM 358 de 3 de janeiro de 2002, como também de fatos que são de interesse dos acionistas da Companhia, embora não se enquadrem na referida definição.

A presente “Política de Divulgação de Informações” procura determinar a forma como deverão ser tratadas as informações sobre os negócios da METISA e orientar seus administradores e funcionários sobre os procedimentos a seguir.

Considerando que o Conselho de Administração não tem poder sobre Acionistas e Conselheiros, e que estes no âmbito de suas atividades tem conhecimento de fatos relevantes, buscar-se-á a obtenção de sua concordância formal para prática dos procedimentos estabelecidos nesta Política de Divulgação e Informações mediante assinatura do “Termo de Adesão”, cujo modelo consta do Anexo I.

2. CLASSIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A METISA procurará classificar como relevantes os atos e fatos que possam influir de modo ponderável na cotação dos valores mobiliários de emissão da Empresa e/ou na decisão de investidores de vender ou comprar tais títulos e/ou de exercer ou não direitos que venham a ter sobre os mesmos. Enquadram-se como tais, os atos e fatos relacionados no Item 2.1 deste documento, sendo importante observar que a relevância de certos atos ou fatos é função da situação particular de cada Companhia. De fato, no caso da METISA, que fabrica e comercializa um número muito grande de produtos diferentes, a introdução de um artigo novo, ou a descontinuidade da produção de um produto que vinha sendo fabricado, muito dificilmente impactaria de forma relevante os resultados da Empresa, não se caracterizando, pois, como fato relevante. Assim, ao definir a sua política de divulgação de informações, a METISA as classifica em quatro grandes grupos, a saber:

Grupo 1 – Atos e fatos relevantes segundo definição da Instrução CVM 358;

Grupo 2 – Atos e fatos de interesse dos acionistas, mas que não se constituem em atos ou fatos relevantes;

Grupo 3 – Informações relativas à posição acionária de Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores, bem como a suas alterações;

Grupo 4 – Informações sigilosas, cuja divulgação poderá trazer prejuízos à Companhia.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A presente “Política de Divulgação de Informações” determina a forma pela qual deverão ser tratadas as informações referentes a atos e fatos classificados em cada um desses 4 grupos.

2.1. GRUPO 1 – ATOS E FATOS RELEVANTES

Considera-se que se enquadram na definição de “atos e fatos relevantes”, os eventos a seguir:

- a) Mudanças relevantes no quadro acionário;
- b) Mudanças no controle da Companhia, o que inclui a celebração, modificação ou rescisão de acordo de acionistas;
- c) Alterações no sistema de negociação de suas ações;
- d) Alterações nas relações entre classes de ações;
- e) Mudanças na estrutura da Companhia, decorrentes de cisão, fusão ou incorporação;
- f) Atos que levem à solução de continuidade nos negócios da Companhia ou mesmo, a sua paralisação;
- g) Mudanças relevantes de critérios contábeis;
- h) Eliminação de linha de produção, cujo impacto esperado seja superior a 25% do faturamento anual;
- i) Aprovação e decisão de execução de plano de investimento específico, que envolva recursos, próprios e de terceiros, superiores a 33% do valor do Patrimônio Líquido, a ser executado em um período de até 24 meses;
- j) Tomada de financiamentos a longo prazo, destinados a investimento fixo e a capital de giro decorrente, que envolvam aporte de recursos superiores a 25% do Patrimônio Líquido;
- k) Ocorrência de acidente de grandes proporções, que venha a afetar consideravelmente a capacidade de produção da Empresa;
- l) Aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria e/ou cancelamento e alienação de ações assim adquiridas;
- m) Desdobramento, grupamento de ações, atribuição de bonificação.

2.2. GRUPO 2 – ATOS E FATOS DE INTERESSE DOS ACIONISTAS

Entende-se como tal, as informações de caráter geral sobre a empresa e relativas ao andamento de seus negócios. Dentro deste Grupo, reconhece-se a existência de três subgrupos, a saber:

Grupo 2A – Informações de caráter geral, tais como caracterização da empresa, localização, endereços, etc.;

Grupo 2B – Informações que são geradas anualmente;

Grupo 2C – Informações que são geradas trimestralmente.

Classificam-se nesses grupos:

2.2.1. Grupo 2A

Envolve informações sobre:

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

- Características gerais da Empresa;
- Localização da Empresa; endereços da sede, filiais e escritórios de representação, no Brasil e no exterior;
- Linha de Produtos;
- Processo produtivo;
- Composição do Capital Social;
- Identificação do Diretor de Relações com Investidores;
- Identificação e forma de contato com o responsável pelo Departamento de Acionistas;
- Identificação do Auditor Independente;
- Jornais em que são veiculadas as notícias sobre a Empresa, conforme decisão da AGO;
- Identificação dos Administradores.

2.2.2. Grupo 2B

Classificam-se como tal, os documentos de interesse dos acionistas e que não contêm informações sigilosas, geradas anualmente, tais como:

- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo, auditada por Auditores Independentes;
- Relatório da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- Parecer dos Auditores;
- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo de empresas controladas.

2.2.3. Grupo 2C

Classificam-se como tal, as seguintes informações:

- Demonstrações Financeiras Trimestrais;
- Histórico de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio;
- Demonstrações Financeiras trimestrais de controladas.

2.3. GRUPO 3 – POSIÇÃO ACIONÁRIA

2.3.1 Diretores, Membros dos Conselhos e Pessoas Ligadas

Consoante o que dispõe o artigo 11 da Instrução CVM 358/2002 com as alterações introduzidas pelas instruções CVM 369/02, 449/07, 547/14, 552/14 e 568/15, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Diretores e pessoas ligadas que tenham acesso a atos e/ou fatos relevantes, deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores (DRI):

- Suas posições acionárias na data de sua investidura no cargo, especificando a classe e espécie das ações possuídas;
- Toda e qualquer variação de sua posição acionária relativa às ações emitidas pela Companhia, no prazo de até 5 dias (§ 4º) após a realização do correspondente evento, utilizando o modelo constante do **Anexo II**.

O Diretor de Relações com Investidores enviará à CVM e ao mercado as informações recebidas de Conselheiros, Diretores e pessoas ligadas, bem como sobre qualquer negociação da Companhia com

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

suas próprias ações, no prazo de até 10 dias a contar do término do mês em que ocorreram as mencionadas negociações.

No caso de eleição de novos Conselheiros ou Diretores, as informações sobre os mesmos deverão ser feitas no primeiro dia útil após sua investidura no cargo.

2.3.2 Acionistas Controladores e outros acionistas que elegeram membros do Conselho de Administração

A empresa informará, em relação aos acionistas supra citados que tiverem assinado o Termo de Adesão (Anexo I).

- Variação da posição acionária a cada vez que tal variação venha atingir a 5% (cinco por cento) da espécie ou classe das ações emitidas pela Companhia (§ 4º, art. 12º);
- Existência de acordo de acionistas ou de circulação de ações.

Estas regras também são válidas para acionistas minoritários que sejam membros do Conselho de Administração.

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores transmitir à CVM e ao mercado as informações acima referidas, assim que recebidas (§ 6º, art. 12).

2.4. GRUPO 4 – INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Conceitualmente, são as informações cuja divulgação trará prejuízo à Companhia. Estas informações se dividem em dois grupos, a saber:

- Grupo 4 A – Informações cujo **caráter sigiloso é permanente**;
- Grupo 4 B – Informações cujo **caráter sigiloso é temporário**;

Em princípio, enquadram-se nesses grupos, como exemplo, as informações relativas a:

2.4.1. Grupo 4 A - Caráter sigiloso permanente

- Plano Estratégico;
- Política e Planejamento de Vendas;
- Política de Preços;
- Custos Industriais;

2.4.2. Grupo 4 B – Caráter sigiloso temporário

- Participação da Empresa no mercado, segundo suas linhas de produtos;
- Desenvolvimento de novos produtos;
- Desenvolvimento de novos processos;
- Desenvolvimento de negociações com terceiros.

3. DESTINO, FORMA E MEIOS DE DIVULGAÇÃO

3.1. PRINCÍPIOS

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Considerado o princípio de transparência de seus negócios, a orientação geral é de que se dê às informações sobre a Empresa ampla divulgação, observado, entretanto, que os gastos com tal divulgação deverão estar contidos em níveis compatíveis com o porte e orçamento da Companhia.

3.2. DESTINO

As informações sobre a Empresa se destinam:

- À Comissão de Valores Mobiliários;
- Às Bolsas de Valores;
- Aos acionistas;
- Ao público em geral.

3.3. FORMA

As informações sobre METISA serão divulgadas segundo duas formas básicas: a forma sucinta e a forma completa, entendendo-se como completa a informação enviada à CVM (§ 8º, art. 3º).

A divulgação da informação na forma sucinta será acompanhada de indicação sobre onde e como o interessado poderá obter a informação completa.

3.4. MEIOS DE DIVULGAÇÃO

A Empresa utilizará, como meios de divulgação:

- Publicação em jornais de grande circulação, necessariamente aqueles definidos em AGO como veiculadores de notícias sobre a Companhia

No uso deste meio, usar-se-á, preferencialmente, a forma sucinta.

- Correio eletrônico ou outra forma de transmissão eletrônica de dados para destinatário definido.

Este será o meio preferencialmente utilizado para transmitir as informações à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às Bolsas de Valores.

- Página da Empresa na Rede Mundial de Computadores – Internet.

Este veículo conterà permanentemente todas as informações do Grupo 2A, rotineiramente atualizadas, e apresentará todas as informações divulgadas pela Empresa em sua forma completa, durante um período mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua comunicação à CVM.

- Correio, a ser utilizado quando o envio das informações à CVM não puder ser feito por via eletrônica.

4. CRONOGRAMA DE INFORMAÇÕES

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

As informações relativas à Empresa, serão divulgadas segundo o cronograma estabelecido no **Quadro 4**.

5. INFORMAÇÕES SIGILOSAS

5.1. CONCEITO

O tratamento das informações sigilosas envolve dois aspectos a considerar:

- a manutenção do sigilo;
- a detecção tempestiva do vazamento de informações sigilosas, especialmente das que além de sigilosas, se enquadram dentro da definição de informação relevante.

5.2. MANUTENÇÃO DO SIGILO

5.2.1. Informações Não Relevantes

A Diretoria deverá determinar as regras e procedimentos para manutenção da confidencialidade das informações de caráter sigiloso, adequados à natureza dessas informações.

5.2.2. Informações Relevantes

As informações relevantes de caráter sigiloso, deverão ser tratadas segundo as seguintes regras básicas:

- Só deverá ter acesso à informação quem precisar conhecê-la;
- As decisões de caráter sigiloso, do Conselho de Administração ou da Diretoria, serão registradas em ata especial e confidencial;
- Quando da contratação de Auditores Independentes ou Consultores, que no exercício de suas tarefas possam vir a ter acesso a informações sigilosas, deverá existir cláusula contratual que resguarde sua confidencialidade.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Quadro 4

Cronograma de Divulgação de Informações

Grupo / Subgrupo	Momento da Divulgação
1	Imediatamente, tão logo os atos e/ou fatos tenham se materializado.
2A	Permanente, no "site" da Empresa. Atualização sempre que necessário.
2B	Entre 30 de março e 31 de maio de cada ano.
2C	Até 45 dias após o encerramento do trimestre gregoriano.
3	<ul style="list-style-type: none"> • A variação das posições de Conselheiros, Diretores e outras pessoas ligadas, que tenham assinado o Termo de Adesão, até o 10º dia do mês subsequente àquele em que as negociações feitas tenham levado à variação de suas posições. • A variação das posições de Acionistas Controladores e/ou de Acionistas que nomearam membros do Conselho de Administração, que tenham assinado o Termo de Adesão, em até 2 dias úteis após a negociação que tenha levado à variação relevante de suas posições em quantidade correspondente a 5% ou mais da espécie ou classe de ações representativas do Capital da Companhia ou de outros valores mobiliários de emissão da Companhia.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

5.3. DETECÇÃO DE VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES

- Em se detectando o vazamento de informação sigilosa relevante, o Diretor de Relações com Investidores providenciará sua imediata divulgação.

6. PROCEDIMENTOS DE CONSELHEIROS, ACIONISTAS CONTROLADORES, DIRETORES, GERENTES E CONSULTORES

De modo a garantir as divulgações das informações sobre negociação de ações de emissão da Cia., feitas por pessoas que têm acesso a informações relevantes, serão adotados os seguintes procedimentos:

- A Empresa comunicará formalmente os termos desta “Política de Divulgação de Informações” a seus Sócios Controladores, Conselheiros, Diretores e a todos e quaisquer funcionários e pessoas ligadas que, em razão de suas funções, tenham acesso a informações relevantes, delas procurando obter adesão formal em documento próprio, o Termo de Adesão (**Anexo I**);
- Sócios Controladores, Conselheiros, Diretores e Pessoas Ligadas, que tenham assinado o Termo de Adesão, informarão à Companhia e à CVM, os negócios que vierem a efetuar com valores mobiliários previstos no item 2.3 desta Política, conforme modelo anexo (**Anexo II**);
- Gerentes cuja função os levem a conhecer atos ou fatos relevantes, se obrigam a comunicar negócios que fizerem com valores mobiliários de emissão da Companhia ao Diretor de Relações com os Investidores, conforme modelo anexo (**Anexo II**), comunicação esta a ser feita imediatamente após realização do negócio;
- A Empresa exigirá de seus Auditores Independentes, bem como de terceiros que venha a contratar e cujo trabalho os leve a conhecer atos ou fatos relevantes, declaração de que comunicarão à CVM qualquer negociação que venham a fazer com papéis da METISA, durante o tempo em que estiverem prestando serviços à Companhia, e no período de 180 dias que suceder ao seu término, nos termos do modelo anexo (**Anexo II**);
- Os documentos acima referidos ficarão arquivados na Companhia, enquanto perdurar o vínculo das pessoas supra mencionadas com ela, e por um período mínimo de 5 (cinco) anos após a extinção desse vínculo.

7. RESPONSABILIDADES

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores fazer cumprir no que lhe couber, o disposto nesta “Política de Divulgação de Informações”, exceto no que tange às informações sobre negociação de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia, feitas por Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores.

É de responsabilidade dos Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores a divulgação das informações relativas às negociações que tenham feito com valores mobiliários de emissão da

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Empresa (**art. 11 e art12**), sempre que excedida a variação de suas posições previstas no item 2.3 deste documento.

8. ACOMPANHAMENTO

Os Conselheiros e Diretores deverão estar informados sobre a Divulgação de Atos e Fatos Relevantes, assim como o Diretor de Relações com Investidores deverá estar a par das comunicações feitas à CVM por Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores. Assim, adota-se os seguintes procedimentos:

- O Diretor de Relações com Investidores providenciará a distribuição aos Diretores, Conselheiros e Acionistas Controladores, de todos os comunicados à CVM;
- Os Acionistas Controladores, Conselheiros, Diretores, Auditores e terceiros, enviarão, ao Diretor de Relações com Investidores, cópia das comunicações que fizerem à CVM, tão logo as tenham feito.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

- A Diretoria da Empresa tomará as necessárias providências para imediata implantação desta “Política de Divulgação de Informações”;
- A presente “Política de Divulgação de Informações” só poderá ser alterada, modificada ou revogada por decisão da Assembléia Geral dos Acionistas e/ou decisão do Conselho de Administração, tomada por maioria, em reunião com quorum mínimo de 2/3 dos Conselheiros.
- Qualquer alteração desta “Política” será imediatamente comunicada à CVM e divulgada conforme disposto no item 3 deste documento.

Timbó, 11 de março de 2016.

Flavio Snell
Presidente do Conselho de Administração

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

ANEXO I

Termo de Adesão ao Manual de Conduta e Política de Divulgação e Uso de Informações

METISA – Metalúrgica Timboense S.A.

Pelo presente instrumento, (nome, nacionalidade, estado civil, profissão), residente e domiciliado na cidade _____, Estado _____, à R _____ nº _____, bairro _____, portador da Carteira de Identidade RG _____ e do CPF _____, doravante denominado simplesmente Declarante”, na qualidade de _____ da Metisa Metalúrgica Timboense S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 86.375.425/0001-09 e Inscrição Estadual Nº 250.266.776, com sede na Rua Fritz Lorenz, 2442, na Cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente “Companhia”, vem, por meio deste Termo de Adesão, declarar ter integral conhecimento das regras constantes do Manual de Divulgação e Uso de Informações da METISA (“Manual”), cuja cópia recebeu, que disciplina a política interna quanto ao uso e divulgação de Informações Relevantes, obrigando-se a pautar suas ações sempre em conformidade com tais regras. O Declarante firma o presente Termo de Adesão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Timbó (SC), _____

Testemunhas:

1.

Nome:

R.G.:

CPF:

2.

Nome:

R.G.:

CPF:

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

ANEXO II

MODELO

Informação Sobre a Negociação com Valores Mobiliários de METISA ou Empresa de Capital Aberto Ligada

Ao

Diretor de Relações com Investidores

METISA – Metalúrgica Timboense S.A.

Av. Fritz Lorenz, 2.442

89120-000 – Timbó – SC

Prezados Senhores:

De conformidade com a Política de Divulgação de Informações da METISA – Metalúrgica Timboense S.A., venho comunicar que negocie valores mobiliários de sua emissão e/ou de Companhia de capital aberto a ela ligada. Informo a seguir, os principais dados relativos ao negócio:

- Companhia Emissora;
- Data do Negócio;
- Tipo do Valor Mobiliário;
- Tipo do Negócio (compra ou venda);
- Forma do Negócio (à vista, etc.);
- Quantidade Total Negociada;
- Quantidade Segundo Espécie e Classe;
- Preço, segundo espécie e classe;
- Corretora que intermediou o negócio.

Seguem os dados da pessoa que realizou o negócio:

Nome:

Qualificação:

CNPJ/CPF:

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

- POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES -

INSTRUÇÃO CVM Nº358 DE 03 DE JANEIRO DE 2002

1. INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo explicitar a política da METISA a respeito da divulgação de fatos e/ou atos relevantes, relacionados aos seus negócios, visando oferecer ao mercado completa transparência. A presente política de divulgação abrange, não só os atos e fatos relevantes, conforme a definição do art. 2º da Instrução CVM 358 de 3 de janeiro de 2002, como também de fatos que são de interesse dos acionistas da Companhia, embora não se enquadrem na referida definição.

A presente “Política de Divulgação de Informações” procura determinar a forma como deverão ser tratadas as informações sobre os negócios da METISA e orientar seus administradores e funcionários sobre os procedimentos a seguir.

Considerando que o Conselho de Administração não tem poder sobre Acionistas e Conselheiros, e que estes no âmbito de suas atividades tem conhecimento de fatos relevantes, buscar-se-á a obtenção de sua concordância formal para prática dos procedimentos estabelecidos nesta Política de Divulgação e Informações mediante assinatura do “Termo de Adesão”, cujo modelo consta do Anexo I.

2. CLASSIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A METISA procurará classificar como relevantes os atos e fatos que possam influir de modo ponderável na cotação dos valores mobiliários de emissão da Empresa e/ou na decisão de investidores de vender ou comprar tais títulos e/ou de exercer ou não direitos que venham a ter sobre os mesmos. Enquadram-se como tais, os atos e fatos relacionados no Item 2.1 deste documento, sendo importante observar que a relevância de certos atos ou fatos é função da situação particular de cada Companhia. De fato, no caso da METISA, que fabrica e comercializa um número muito grande de produtos diferentes, a introdução de um artigo novo, ou a descontinuidade da produção de um produto que vinha sendo fabricado, muito dificilmente impactaria de forma relevante os resultados da Empresa, não se caracterizando, pois, como fato relevante. Assim, ao definir a sua política de divulgação de informações, a METISA as classifica em quatro grandes grupos, a saber:

Grupo 1 – Atos e fatos relevantes segundo definição da Instrução CVM 358;

Grupo 2 – Atos e fatos de interesse dos acionistas, mas que não se constituem em atos ou fatos relevantes;

Grupo 3 – Informações relativas à posição acionária de Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores, bem como a suas alterações;

Grupo 4 – Informações sigilosas, cuja divulgação poderá trazer prejuízos à Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A presente “Política de Divulgação de Informações” determina a forma pela qual deverão ser tratadas as informações referentes a atos e fatos classificados em cada um desses 4 grupos.

2.1. GRUPO 1 – ATOS E FATOS RELEVANTES

Considera-se que se enquadram na definição de “atos e fatos relevantes”, os eventos a seguir:

- a) Mudanças relevantes no quadro acionário;
- b) Mudanças no controle da Companhia, o que inclui a celebração, modificação ou rescisão de acordo de acionistas;
- c) Alterações no sistema de negociação de suas ações;
- d) Alterações nas relações entre classes de ações;
- e) Mudanças na estrutura da Companhia, decorrentes de cisão, fusão ou incorporação;
- f) Atos que levem à solução de continuidade nos negócios da Companhia ou mesmo, a sua paralisação;
- g) Mudanças relevantes de critérios contábeis;
- h) Eliminação de linha de produção, cujo impacto esperado seja superior a 25% do faturamento anual;
- i) Aprovação e decisão de execução de plano de investimento específico, que envolva recursos, próprios e de terceiros, superiores a 33% do valor do Patrimônio Líquido, a ser executado em um período de até 24 meses;
- j) Tomada de financiamentos a longo prazo, destinados a investimento fixo e a capital de giro decorrente, que envolvam aporte de recursos superiores a 25% do Patrimônio Líquido;
- k) Ocorrência de acidente de grandes proporções, que venha a afetar consideravelmente a capacidade de produção da Empresa;
- l) Aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria e/ou cancelamento e alienação de ações assim adquiridas;
- m) Desdobramento, grupamento de ações, atribuição de bonificação.

2.2. GRUPO 2 – ATOS E FATOS DE INTERESSE DOS ACIONISTAS

Entende-se como tal, as informações de caráter geral sobre a empresa e relativas ao andamento de seus negócios. Dentro deste Grupo, reconhece-se a existência de três subgrupos, a saber:

Grupo 2A – Informações de caráter geral, tais como caracterização da empresa, localização, endereços, etc.;

Grupo 2B – Informações que são geradas anualmente;

Grupo 2C – Informações que são geradas trimestralmente.

Classificam-se nesses grupos:

2.2.1. Grupo 2A

Envolve informações sobre:

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

- Características gerais da Empresa;
- Localização da Empresa; endereços da sede, filiais e escritórios de representação, no Brasil e no exterior;
- Linha de Produtos;
- Processo produtivo;
- Composição do Capital Social;
- Identificação do Diretor de Relações com Investidores;
- Identificação e forma de contato com o responsável pelo Departamento de Acionistas;
- Identificação do Auditor Independente;
- Jornais em que são veiculadas as notícias sobre a Empresa, conforme decisão da AGO;
- Identificação dos Administradores.

2.2.2. Grupo 2B

Classificam-se como tal, os documentos de interesse dos acionistas e que não contêm informações sigilosas, geradas anualmente, tais como:

- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo, auditada por Auditores Independentes;
- Relatório da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- Parecer dos Auditores;
- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo de empresas controladas.

2.2.3. Grupo 2C

Classificam-se como tal, as seguintes informações:

- Demonstrações Financeiras Trimestrais;
- Histórico de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio;
- Demonstrações Financeiras trimestrais de controladas.

2.3. GRUPO 3 – POSIÇÃO ACIONÁRIA

2.3.1 Diretores, Membros dos Conselhos e Pessoas Ligadas

Consoante o que dispõe o artigo 11 da Instrução CVM 358/2002 com as alterações introduzidas pelas instruções CVM 369/02, 449/07, 547/14, 552/14 e 568/15, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Diretores e pessoas ligadas que tenham acesso a atos e/ou fatos relevantes, deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores (DRI):

- Suas posições acionárias na data de sua investidura no cargo, especificando a classe e espécie das ações possuídas;
- Toda e qualquer variação de sua posição acionária relativa às ações emitidas pela Companhia, no prazo de até 5 dias (§ 4º) após a realização do correspondente evento, utilizando o modelo constante do **Anexo II**.

O Diretor de Relações com Investidores enviará à CVM e ao mercado as informações recebidas de Conselheiros, Diretores e pessoas ligadas, bem como sobre qualquer negociação da Companhia com

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

suas próprias ações, no prazo de até 10 dias a contar do término do mês em que ocorreram as mencionadas negociações.

No caso de eleição de novos Conselheiros ou Diretores, as informações sobre os mesmos deverão ser feitas no primeiro dia útil após sua investidura no cargo.

2.3.2 Acionistas Controladores e outros acionistas que elegeram membros do Conselho de Administração

A empresa informará, em relação aos acionistas supra citados que tiverem assinado o Termo de Adesão (Anexo I).

- Variação da posição acionária a cada vez que tal variação venha atingir a 5% (cinco por cento) da espécie ou classe das ações emitidas pela Companhia (§ 4º, art. 12º);
- Existência de acordo de acionistas ou de circulação de ações.

Estas regras também são válidas para acionistas minoritários que sejam membros do Conselho de Administração.

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores transmitir à CVM e ao mercado as informações acima referidas, assim que recebidas (§ 6º, art. 12).

2.4. GRUPO 4 – INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Conceitualmente, são as informações cuja divulgação trará prejuízo à Companhia. Estas informações se dividem em dois grupos, a saber:

- Grupo 4 A – Informações cujo **caráter sigiloso é permanente**;
- Grupo 4 B – Informações cujo **caráter sigiloso é temporário**;

Em princípio, enquadram-se nesses grupos, como exemplo, as informações relativas a:

2.4.1. Grupo 4 A - Caráter sigiloso permanente

- Plano Estratégico;
- Política e Planejamento de Vendas;
- Política de Preços;
- Custos Industriais;

2.4.2. Grupo 4 B – Caráter sigiloso temporário

- Participação da Empresa no mercado, segundo suas linhas de produtos;
- Desenvolvimento de novos produtos;
- Desenvolvimento de novos processos;
- Desenvolvimento de negociações com terceiros.

3. DESTINO, FORMA E MEIOS DE DIVULGAÇÃO

3.1. PRINCÍPIOS

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Considerado o princípio de transparência de seus negócios, a orientação geral é de que se dê às informações sobre a Empresa ampla divulgação, observado, entretanto, que os gastos com tal divulgação deverão estar contidos em níveis compatíveis com o porte e orçamento da Companhia.

3.2. DESTINO

As informações sobre a Empresa se destinam:

- À Comissão de Valores Mobiliários;
- Às Bolsas de Valores;
- Aos acionistas;
- Ao público em geral.

3.3. FORMA

As informações sobre METISA serão divulgadas segundo duas formas básicas: a forma sucinta e a forma completa, entendendo-se como completa a informação enviada à CVM (§ 8º, art. 3º).

A divulgação da informação na forma sucinta será acompanhada de indicação sobre onde e como o interessado poderá obter a informação completa.

3.4. MEIOS DE DIVULGAÇÃO

A Empresa utilizará, como meios de divulgação:

- Publicação em jornais de grande circulação, necessariamente aqueles definidos em AGO como veiculadores de notícias sobre a Companhia

No uso deste meio, usar-se-á, preferencialmente, a forma sucinta.

- Correio eletrônico ou outra forma de transmissão eletrônica de dados para destinatário definido.

Este será o meio preferencialmente utilizado para transmitir as informações à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às Bolsas de Valores.

- Página da Empresa na Rede Mundial de Computadores – Internet.

Este veículo conterà permanentemente todas as informações do Grupo 2A, rotineiramente atualizadas, e apresentará todas as informações divulgadas pela Empresa em sua forma completa, durante um período mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua comunicação à CVM.

- Correio, a ser utilizado quando o envio das informações à CVM não puder ser feito por via eletrônica.

4. CRONOGRAMA DE INFORMAÇÕES

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

As informações relativas à Empresa, serão divulgadas segundo o cronograma estabelecido no **Quadro 4**.

5. INFORMAÇÕES SIGILOSAS

5.1. CONCEITO

O tratamento das informações sigilosas envolve dois aspectos a considerar:

- a manutenção do sigilo;
- a detecção tempestiva do vazamento de informações sigilosas, especialmente das que além de sigilosas, se enquadram dentro da definição de informação relevante.

5.2. MANUTENÇÃO DO SIGILO

5.2.1. Informações Não Relevantes

A Diretoria deverá determinar as regras e procedimentos para manutenção da confidencialidade das informações de caráter sigiloso, adequados à natureza dessas informações.

5.2.2. Informações Relevantes

As informações relevantes de caráter sigiloso, deverão ser tratadas segundo as seguintes regras básicas:

- Só deverá ter acesso à informação quem precisar conhecê-la;
- As decisões de caráter sigiloso, do Conselho de Administração ou da Diretoria, serão registradas em ata especial e confidencial;
- Quando da contratação de Auditores Independentes ou Consultores, que no exercício de suas tarefas possam vir a ter acesso a informações sigilosas, deverá existir cláusula contratual que resguarde sua confidencialidade.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Quadro 4

Cronograma de Divulgação de Informações

Grupo / Subgrupo	Momento da Divulgação
1	Imediatamente, tão logo os atos e/ou fatos tenham se materializado.
2A	Permanente, no "site" da Empresa. Atualização sempre que necessário.
2B	Entre 30 de março e 31 de maio de cada ano.
2C	Até 45 dias após o encerramento do trimestre gregoriano.
3	<ul style="list-style-type: none"> • A variação das posições de Conselheiros, Diretores e outras pessoas ligadas, que tenham assinado o Termo de Adesão, até o 10º dia do mês subsequente àquele em que as negociações feitas tenham levado à variação de suas posições. • A variação das posições de Acionistas Controladores e/ou de Acionistas que nomearam membros do Conselho de Administração, que tenham assinado o Termo de Adesão, em até 2 dias úteis após a negociação que tenha levado à variação relevante de suas posições em quantidade correspondente a 5% ou mais da espécie ou classe de ações representativas do Capital da Companhia ou de outros valores mobiliários de emissão da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

5.3. DETECÇÃO DE VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES

- Em se detectando o vazamento de informação sigilosa relevante, o Diretor de Relações com Investidores providenciará sua imediata divulgação.

6. PROCEDIMENTOS DE CONSELHEIROS, ACIONISTAS CONTROLADORES, DIRETORES, GERENTES E CONSULTORES

De modo a garantir as divulgações das informações sobre negociação de ações de emissão da Cia., feitas por pessoas que têm acesso a informações relevantes, serão adotados os seguintes procedimentos:

- A Empresa comunicará formalmente os termos desta “Política de Divulgação de Informações” a seus Sócios Controladores, Conselheiros, Diretores e a todos e quaisquer funcionários e pessoas ligadas que, em razão de suas funções, tenham acesso a informações relevantes, delas procurando obter adesão formal em documento próprio, o Termo de Adesão (**Anexo I**);
- Sócios Controladores, Conselheiros, Diretores e Pessoas Ligadas, que tenham assinado o Termo de Adesão, informarão à Companhia e à CVM, os negócios que vierem a efetuar com valores mobiliários previstos no item 2.3 desta Política, conforme modelo anexo (**Anexo II**);
- Gerentes cuja função os levem a conhecer atos ou fatos relevantes, se obrigam a comunicar negócios que fizerem com valores mobiliários de emissão da Companhia ao Diretor de Relações com os Investidores, conforme modelo anexo (**Anexo II**), comunicação esta a ser feita imediatamente após realização do negócio;
- A Empresa exigirá de seus Auditores Independentes, bem como de terceiros que venha a contratar e cujo trabalho os leve a conhecer atos ou fatos relevantes, declaração de que comunicarão à CVM qualquer negociação que venham a fazer com papéis da METISA, durante o tempo em que estiverem prestando serviços à Companhia, e no período de 180 dias que suceder ao seu término, nos termos do modelo anexo (**Anexo II**);
- Os documentos acima referidos ficarão arquivados na Companhia, enquanto perdurar o vínculo das pessoas supra mencionadas com ela, e por um período mínimo de 5 (cinco) anos após a extinção desse vínculo.

7. RESPONSABILIDADES

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores fazer cumprir no que lhe couber, o disposto nesta “Política de Divulgação de Informações”, exceto no que tange às informações sobre negociação de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia, feitas por Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores.

É de responsabilidade dos Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores a divulgação das informações relativas às negociações que tenham feito com valores mobiliários de emissão da

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Empresa (**art. 11 e art12**), sempre que excedida a variação de suas posições previstas no item 2.3 deste documento.

8. ACOMPANHAMENTO

Os Conselheiros e Diretores deverão estar informados sobre a Divulgação de Atos e Fatos Relevantes, assim como o Diretor de Relações com Investidores deverá estar a par das comunicações feitas à CVM por Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores. Assim, adota-se os seguintes procedimentos:

- O Diretor de Relações com Investidores providenciará a distribuição aos Diretores, Conselheiros e Acionistas Controladores, de todos os comunicados à CVM;
- Os Acionistas Controladores, Conselheiros, Diretores, Auditores e terceiros, enviarão, ao Diretor de Relações com Investidores, cópia das comunicações que fizerem à CVM, tão logo as tenham feito.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

- A Diretoria da Empresa tomará as necessárias providências para imediata implantação desta “Política de Divulgação de Informações”;
- A presente “Política de Divulgação de Informações” só poderá ser alterada, modificada ou revogada por decisão da Assembléia Geral dos Acionistas e/ou decisão do Conselho de Administração, tomada por maioria, em reunião com quorum mínimo de 2/3 dos Conselheiros.
- Qualquer alteração desta “Política” será imediatamente comunicada à CVM e divulgada conforme disposto no item 3 deste documento.

Timbó, 11 de março de 2016.

Flavio Snell
Presidente do Conselho de Administração

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**ANEXO I****Termo de Adesão
ao Manual de Conduta e Política de Divulgação e Uso de Informações****METISA – Metalúrgica Timboense S.A.**

Pelo presente instrumento, (nome, nacionalidade, estado civil, profissão), residente e domiciliado na cidade _____, Estado _____, à R _____ nº _____, bairro _____, portador da Carteira de Identidade RG _____ e do CPF _____, doravante denominado simplesmente Declarante”, na qualidade de _____ da Metisa Metalúrgica Timboense S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 86.375.425/0001-09 e Inscrição Estadual Nº 250.266.776, com sede na Rua Fritz Lorenz, 2442, na Cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente “Companhia”, vem, por meio deste Termo de Adesão, declarar ter integral conhecimento das regras constantes do Manual de Divulgação e Uso de Informações da METISA (“Manual”), cuja cópia recebeu, que disciplina a política interna quanto ao uso e divulgação de Informações Relevantes, obrigando-se a pautar suas ações sempre em conformidade com tais regras. O Declarante firma o presente Termo de Adesão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Timbó (SC), _____

Testemunhas:

1.

Nome:

R.G.:

CPF:

2.

Nome:

R.G.:

CPF:

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

ANEXO II

MODELO

Informação Sobre a Negociação com Valores Mobiliários de METISA ou Empresa de Capital Aberto Ligada

Ao

Diretor de Relações com Investidores

METISA – Metalúrgica Timboense S.A.

Av. Fritz Lorenz, 2.442

89120-000 – Timbó – SC

Prezados Senhores:

De conformidade com a Política de Divulgação de Informações da METISA – Metalúrgica Timboense S.A., venho comunicar que negocie valores mobiliários de sua emissão e/ou de Companhia de capital aberto a ela ligada. Informo a seguir, os principais dados relativos ao negócio:

- Companhia Emissora;
- Data do Negócio;
- Tipo do Valor Mobiliário;
- Tipo do Negócio (compra ou venda);
- Forma do Negócio (à vista, etc.);
- Quantidade Total Negociada;
- Quantidade Segundo Espécie e Classe;
- Preço, segundo espécie e classe;
- Corretora que intermediou o negócio.

Seguem os dados da pessoa que realizou o negócio:

Nome:

Qualificação:

CNPJ/CPF:

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores fazer cumprir no que lhe couber, o disposto nesta “Política de Divulgação de Informações”, exceto no que tange às informações sobre negociação de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia, feitas por Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores.

É de responsabilidade dos Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores a divulgação das informações relativas às negociações que tenham feito com valores mobiliários de emissão da Empresa (**§ 1C e 2º do art. 2º e art. 11 e art. 12**), sempre que excedida a variação de suas posições previstas no item 2.3 deste documento.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.